

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo



ORÇAMENTO
da Região Autónoma dos Açores

PROPOSTA

2005





PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2006

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	2
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA	
A) Economia Internacional	5
B) Economia Nacional	9
C) Economia Regional	13
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	47
A) Sector Público Administrativo	47
B) Administração Local	51
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	54
A) Orçamento da Receita	55
B) Orçamento da Despesa	62
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	76
D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo	82
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	84
A) Dívida Directa	84
B) Avals	87
VI - Sector Público Empresarial Regional	88



I – INTRODUÇÃO

Cumprindo o disposto na Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores, Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, e demais legislação o Governo Regional submete á aprovação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores a proposta de orçamento para o ano de 2006.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2006 reforça a opção estratégica do Governo Regional, de dar continuidade a uma política de rigor orçamental, de equilíbrio das contas públicas e de assegurar o desenvolvimento económico e social da Região, prosseguindo o esforço de convergência com o continente português e a união europeia.

O Governo Regional tem vindo a desenvolver uma política social, económica e financeira que tem permitido à Região crescer nas diferentes vertentes e sempre num ambiente de paz social.

A política definida na presente proposta de orçamento irá permitir aos agentes económicos a necessária estabilidade, no sentido de que consubstancia um aumento na despesa de investimento próximo dos 2 % em relação à proposta de orçamento do corrente ano.



A estimativa de receita no presente orçamento, sobretudo as receitas fiscais, tiveram por base os crescimentos previstos em sede de Orçamento de Estado, havendo apenas alguns acertos a nível do Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS) e do Imposto sobre o Álcool e Bebidas Alcoólicas (IABA), resultantes de apuramentos efectuados no âmbito do Grupo de Trabalho criado para esse fim. Convém, uma vez mais, aqui realçar o efeito prático do trabalho deste Grupo que muito tem contribuído para uma evolução positiva da receita fiscal, no sentido de que tem permitido que haja um melhor entendimento, transparência e definição clara da área de competência fiscal desta Região. Este trabalho não tem limite, é árduo, tem de continuar, todavia, não nos impede de afirmar que foi mais uma batalha vencida pela Região.

Esta proposta de orçamento observa o princípio do equilíbrio orçamental tal como se encontra definido no artigo 4º da Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, ou seja, as receitas efectivas cobrem a totalidade das despesas efectivas, e foi elaborada no âmbito do disposto no Estatuto Político - Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

O Orçamento para 2006 é mais um passo importante no processo de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores e constitui um elemento estruturante no reforço da confiança dos investidores privados e agentes económicos, que tem levado esta Região a vencer inúmeras dificuldades, quer no passado quer no presente, e a atingir patamares de desenvolvimento sustentado nunca antes vistos. Por isso se afirma que o



Governo Regional continuará a prosseguir, com firmeza e determinação, um melhor e mais tranquilo futuro da nossa Região.



II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

A) Economia Internacional

Em termos gerais, a evolução da economia mundial em 2004 caracterizou-se por um ritmo de crescimento elevado, com destaque para o observado nos Estados Unidos e, principalmente, nas economias emergentes da Ásia, designadamente a chinesa.

Segundo as últimas projecções para os próximos anos, designadamente para 2006, esses ritmos de crescimento apresentam uma tendência de continuidade, podendo registar-se pontualmente um ligeiro abrandamento.

As projecções dos principais agregados macroeconómicos, que a seguir se apresentam, respeitam a dados publicados durante a Primavera de 2005, mais precisamente em Abril. Assim, haverá ainda que descontar o comportamento muito recente do mercado das matérias-primas, em particular a evolução galopante do preço do crude, o qual, obrigatoriamente, terá repercussões no ritmo de crescimento das economias, devendo originar revisões, em baixa, das projecções do crescimento económico a nível mundial, por parte das principais agências e instituições que projectam a evolução da economia internacional

O ritmo de crescimento económico dos Estados Unidos da América deverá continuar robusto, embora a taxas algo mais baixas do que em 2004. As taxas de variação do PIB deverão desacelerar, em 2005 e 2006, para 3,6



e 3,0 por cento, respectivamente. Esta previsão de diminuição do ritmo de crescimento está em muito associada ao abrandamento da procura interna, provocado em parte pelo aumento das taxas de juro e da diluição do efeito dos estímulos fiscais destinados ao consumo privado e investimento.

Em 2005, a economia japonesa, por via da desaceleração da procura interna, mais especificamente no que diz respeito ao investimento, deverá apresentar algum abrandamento do crescimento económico, perspectivando uma aceleração já no próximo ano de 2006.

A China, que sustentadamente vem ocupando um lugar preponderante, no que se relaciona com a produção económica e o comércio a nível mundial, apresentou e continuará a evidenciar taxas elevadas de crescimento económico, provavelmente com um menor ritmo de crescimento em 2006, pelos factores e a envolvente já referidos.

No que concerne à situação económica da União Europeia, ou mais especificamente da área do euro, a mesma recuperou durante o ano de 2004. Esta situação é caracterizada pela forte recuperação obtida no 1.º semestre do ano, assente na expansão das exportações, e pelo abrandamento registado no 2º semestre, associado, em parte, ao aumento do preço do petróleo e à apreciação do euro.

Relativamente às projecções apresentadas, a Comissão Europeia aponta para uma moderação do ritmo de crescimento da actividade na área do euro em 2005, para 1,6 por cento, associado por um lado, à aceleração do investimento e à recuperação gradual do consumo privado e, por outro lado, à desaceleração das exportações, em linha com o abrandamento da procura externa.



PIB a preços constantes (variação anual em %)

	Produto Interno Bruto		
	2004	2005	2006
Economia Mundial			
Comissão Europeia	5,0	4,2	4,1
FMI.....	5,1	4,3	4,4
EUA			
Comissão Europeia	4,4	3,6	3,0
FMI.....	4,4	3,6	3,6
Japão			
Comissão Europeia	2,7	1,1	1,7
FMI.....	2,6	0,8	1,9
China			
Comissão Europeia	9,5	8,6	8,4
FMI.....	9,5	8,5	8,0
EUR 25			
Comissão Europeia	2,4	2,0	2,3
FMI.....	..	2,1	2,5
Área do Euro			
Comissão Europeia	2,0	1,6	2,1
FMI.....	2,0	1,6	2,3

Fonte: CE, Economic Forecasts, Primavera 2005; FMI, World Economic Outlook, Abril 2005

As projecções sobre a evolução do emprego e dos preços nos mercados mundiais também poderão vir a sofrer algumas revisões, em função do aviltamento do preço do petróleo. Estando afastado a situação que caracterizou os primeiros choques petrolíferos, com a coexistência de uma estagnação económica com inflação galopante, haverá, porém, que ter em consideração que a possível revisão em baixa do crescimento



económico das principais economias poderá influenciar negativamente a evolução projectada para o abrandamento dos níveis de desemprego.

Em relação ao nível de preços no consumo, estima-se que o nível de inflação se mantenha relativamente reduzido, com uma taxa de crescimento dos preços inferior a 3 por cento ao ano.

Desemprego e Inflação (variação anual em %)

	Desemprego			Índice de Preços no Consumidor*		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006
EUA						
Comissão Europeia.....	5,5	5,2	5	2,7	2,6	2,3
FMI.....	5,5	5,3	5,2	2,7	2,7	2,4
Japão						
Comissão Europeia.....	4,8	4,4	4,1	0	-0,1	0,2
FMI.....	4,7	4,5	4,4	0	-0,2	0
EUR 25						
Comissão Europeia.....	9	9	8,7	2,1	1,9	1,7
Área do Euro						
Comissão Europeia.....	8,8	8,8	8,5	2,1	1,9	1,5
FMI.....	8,8	8,7	8,4	2,2	1,9	1,7

Fonte: CE, Economic Forecasts, Primavera 2005; FMI, World Economic Outlook, Abril 2005

* IHPC para EURO e Área do Euro



B) Economia Nacional

O principal quadro de referência sobre a evolução da economia portuguesa, no curto e médio prazo, está descrito no Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, elaborado em Junho último, e negociado com a Comissão Europeia.

As projecções realizadas pelo Ministério das Finanças apontam para um crescimento económico moderado no corrente ano de 2005 (0,8%), prevendo-se uma maior taxa de variação do PIB em 2006, para um valor de cerca de 1,4%. Taxas de crescimento mais consentâneas com o esforço de convergência real com os valores médios da União Europeia, só serão expectáveis a partir de 2009.

Numa análise por componente de despesa, estima-se que a procura interna venha a evoluir moderadamente para os anos de 2005 e 2006. O Consumo Privado apresentará decréscimos até 2006, seguido de uma recuperação gradual até ao final do período em análise em que já apresentará um crescimento superior ao verificado no ano de 2009. O Consumo Público manterá crescimentos reais ligeiramente positivos durante todo o período de análise e o Investimento público sofrerá uma redução real até 2007, apresentando sinais de forte recuperação nos anos posteriores. O decréscimo projectado para o Investimento Público decorre essencialmente do perfil esperado dos fundos estruturais recebidos da União Europeia nos últimos anos do III Quadro Comunitário de Apoio, embora haja um esforço acrescido para seu o crescimento, nas situações de



investimentos não comparticipados pela União Europeia. Espera-se, contudo, que os efeitos decorrentes dos aumentos de alguns impostos indirectos, nomeadamente do IVA e ISP, no que toca ao impacto sobre o rendimento disponível real, se dissipem no período de 2007-2009, por forma a que a procura interna privada volte a crescer a um ritmo mais forte.

Em termos de procura externa, projecta-se um aumento dos actuais níveis, estabilizando a partir de 2007 em valores próximos de aumento de 8% ao ano. Esta previsão foi realizada com a hipótese de perda de quota de mercado das exportações portuguesas para o ano de 2005 e, em menor grau, para 2006, tendo em conta o possível aumento das exportações de automóveis decorrente da fabricação de um novo modelo numa das principais fábricas do sector.

O nível de crescimento da actividade económica não permitirá grandes descidas na taxa de desemprego, atingindo o seu máximo no ano de 2006 (7,7 por cento), e nos anos seguintes alguns decréscimos graduais.

A inflação média anual deverá crescer, com o pressuposto de moderação salarial, para 2,7 e 2,9 por cento em 2005 e 2006, respectivamente, prevendo-se que decresça nos anos seguintes para valores que rondam os 2,5 por cento. Este aumento deve-se essencialmente aos aumentos dos impostos indirectos – IVA, ISP e Imposto do Tabaco – incluídos no programa de ajustamento orçamental.



Principais Indicadores Macroeconómicos 2004-2009

Taxa de variação anual, em percentagem

	Projeção Actual					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Consumo Privado.....	2,3	1,7	1,2	1,7	2,1	2,5
Consumo Público.....	1,2	0,6	0,3	0,3	0,3	0,3
Investimento.....	2,1	1,9	3,0	5,1	6,7	7,9
Exportações de Bens e Serviços.....	5,1	3,3	6,5	8,1	7,9	7,9
Procura Global.....						
Importações de Bens e Serviços.....	7,0	4,0	5,1	6,4	7,0	7,7
PIB.....	1,0	0,8	1,4	2,2	2,6	3,0
Taxa de Desemprego (em % população activa)	6,7	7,4	7,7	7,6	7,3	6,9
Emprego total (taxa de variação)	0,1	0,4	0,7	1,1	1,3	1,5
Deflator do consumo privado (taxa de variação)	2,3	2,7	2,9	2,5	2,5	2,4
Taxa de poupança dos particulares (em % do Rendimento disponível.....)	10,4	10,2	10,0	10,0	10,0	9,9

Fonte: PEC 2005-2009, Ministério das Finanças (Informação de 2004 do INE e Banco de Portugal).

O cenário sucintamente descrito assenta em vários pressupostos, nomeadamente um preço base do preço do barril de crude na ordem dos 50 USD. Perante os desenvolvimentos mais recentes da conjuntura económica internacional e do facto de se atingir, de forma algo persistente, valores na vizinhança dos 70 USD/barril de crude, algumas projecções mais recentes, apontam para uma revisão em baixa de alguns agregados macroeconómicos.

O Banco de Portugal, no passado mês de Julho, no seu boletim económico, apresenta projecções para a economia portuguesa algo



diferenciadas, destacando-se um menor ritmo de crescimento do PIB, mercê, fundamentalmente, de uma forte desaceleração do investimento.

Projeções para a Economia Portuguesa – Produto Interno Bruto

Taxa de variação anual, em percentagem

	Projeção Actual	
	2005	2006
Consumo Privado.....	2,0	1,3
Consumo Público.....	1,1	0,3
FBCF	-1,5	0,9
Procura Interna.....	0,9	1,1
Exportações.....	2,7	6,8
Procura Global	1,3	2,4
Importações.....	3,3	5,1
PIB	0,5	1,2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	2,3	3,0

Fonte: Banco de Portugal / Boletim Económico / Verão 2005

Para o período de vigência do Plano Regional, para 2006, em qualquer das previsões apresentadas, não será de esperar uma evolução particularmente favorável da envolvente económica, a nível nacional, na execução do Plano, em particular, e no desenvolvimento da actividade económica na Região, em geral.



C) Economia Regional

Evolução Demográfica

Contrariando a tendência verificada nos decénios anteriores, a evolução demográfica da última década caracterizou-se pelo crescimento moderado da população residente, aumentando cerca de 1,7%, segundo os dados definitivos do censo de 2001.

O crescimento demográfico que se tem verificado nos últimos anos poderá ser explicado, em grande medida, pelos fluxos migratórios, que têm registado valores positivos, por via do decréscimo acentuado da emigração e do aumento da imigração, dado que o saldo natural tem vindo a declinar.

Evolução da População Residente

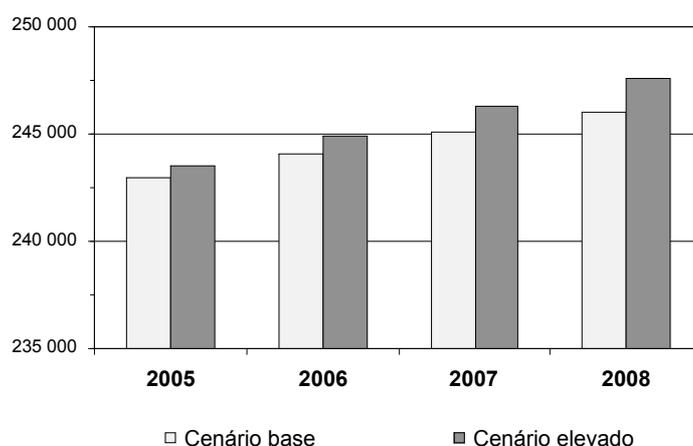
	1991	2001	Var. %
SANTA MARIA.....	5 922	5 578	-5,8%
SÃO MIGUEL	125 915	131 609	4,5%
TERCEIRA	55 706	55 833	0,2%
GRACIOSA	5 189	4 780	-7,9%
SÃO JORGE	10 219	9 674	-5,3%
PICO	15 202	14 806	-2,6%
FAIAL	14 920	15 063	1,0%
FLORES	4 329	3 995	-7,7%
CORVO.....	393	425	8,1%
AÇORES	237 795	241 763	1,7%

Fonte: SREA.



Segundo as projecções demográficas, realizadas pelo INE para o conjunto do país, seja qual for o cenário considerado, dos dois adoptados no exercício (base e elevado), estima-se que a população dos Açores continuará a crescer nos próximos anos.

População Residente 2005-2008



Em termos da evolução da estrutura da população por grandes grupos etários, e com base nos últimos recenseamentos e das projecções existentes, observa-se que o crescimento demográfico tende a concentrar-se no grupo correspondente à população potencialmente activa (15-64 anos), por contrapartida do grupo etário relativo aos jovens, mantendo-se praticamente inalterado o peso relativo dos idosos no contexto da população residente nos Açores.



Estrutura Etária da População

	1991	2001	2011*
Grandes Grupos Etários			
0-14 anos	26,4	21,4	18,42
15-64 anos	61,1	65,6	69,92
65 e + anos	12,5	13,0	12,66

* Estimativas

Fonte: Projeções 2000-2050 NUTSII – INE.

A tendência na próxima década é para se acentuar o envelhecimento da população residente, em virtude, sobretudo, da diminuição do peso relativo dos jovens resultante do efeito conjugado da diminuição das taxas de natalidade/fecundidade e do aumento da esperança de vida.

Através da análise comparada de alguns indicadores demográficos, verifica-se que na Região, a natalidade continua a apresentar valores superiores à média nacional, a evolução deste indicador tem sido decrescente, nos últimos anos. A taxa de mortalidade geral mantém-se praticamente constante, com o valor anual na vizinhança dos 10 a 11 óbitos por mil habitantes. No que se refere à mortalidade infantil, nos Açores continua a verificar-se uma tendência de aproximação sustentada aos valores registados a nível nacional. Relativamente à nupcialidade, constata-se que, na Região, continua a verificar-se, em termos relativos, um maior número de casamentos.



Indicadores Demográficos (Permilagem)

	1993		1998		2003	
	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal
Taxa de Natalidade	15,5	11,4	14,1	11,2	12,9	10,7
Taxa de Mortalidade	12,2	10,6	11,1	10,5	11,1	10,4
Taxa de Mortalidade Infantil	10,8	8,6	4,9	6,0	2,9	4,1
Taxa de Nupcialidade	7,5	6,8	7,3	6,6	6,4	5,1

Fontes: SREA. Estatísticas Demográficas 2003 do INE.

Em termos finais, as projecções demográficas apontam para uma estabilização/decréscimo populacional associada a um continuado envelhecimento das estruturas demográficas resultante da diminuição da taxas de fecundidade/natalidade e do aumento da esperança de vida. Esta tendência tem vindo a ser atenuada pela inversão do comportamento migratório, que, desde meados dos anos noventa, tem registado valores positivos, resultando da conjugação de uma diminuição da emigração com aumento da imigração.

Estas alterações na dinâmica demográfica levantam sérias questões e desafios a nível económico e social. O aumento da população activa exercerá pressões no mercado de trabalho, no sentido de se criarem mais postos de trabalho, e provocará uma distribuição desigual da população entre os centros urbanos e os centros rurais.



Aspectos Macro-Económicos

Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto da Região Autónoma dos Açores atingiu, em 2003, cerca de 2,5 mil milhões de euros, segundo os dados mais recentes das Contas Regionais, divulgados pelo INE, em Setembro do corrente ano de 2005.

A produção económica na Região, medida pelos valores do Produto Interno Bruto, continua a reforçar, de forma sustentada, desde 1997, a sua importância relativa no contexto da economia nacional.

PIB a Preços de Mercado

Unidade: milhões de euros

	1995	1997	1999	2001	2003
1. RAA.....	1.435	1.602	1.921	2.239	2 469
2. País.....	80.827	93.014	108.030	122.550	130 511
% (1/2)	1,78	1,72	1,78	1,83	1,8

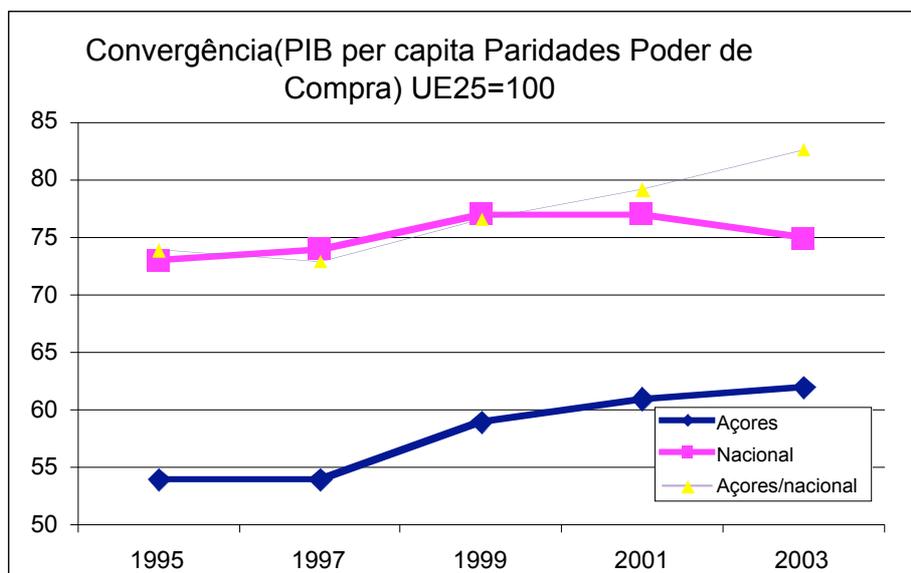
Fonte: INE.

Considerando o PIB per capita, enquanto indicador generalizadamente utilizado para aferir do estágio de desenvolvimento de uma economia, poder-se-á constatar que a economia açoriana se aproxima, não só, dos valores médios do país, como também, dos da União Europeia.

Com efeito, tomando como referência o valor médio dos actuais 25 Estados Membros da União Europeia, observa-se que, nos últimos anos, se registou um afastamento dos níveis de desenvolvimento do país em relação à média comunitária, enquanto, nos Açores, se verificou o oposto, ou seja,



uma convergência real com o nível médio de produção de riqueza por habitante no espaço europeu.



Em termos da repartição sectorial do valor acrescentado bruto na produção de bens e serviços, nos últimos anos em que se dispõe de informação estatística, regista-se um certo reforço do sector terciário, por contrapartida de uma menor expressão relativa dos restantes sectores de actividade económica.

RAA – Repartição Sectorial do VAB (%)

	1998	2000	2002	2003
Agricultura, Silvicultura e Pescas	10,4	10,1	9,9	9,1
Indústria, Construção, Energia e Água	19,0	17,1	17,1	16,6
Serviços	70,7	72,8	73,1	74,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0



Mercado de Emprego

A evolução do mercado de trabalho nos Açores tem-se caracterizado por um aumento continuado da população activa, maior actividade do segmento feminino da população e a manutenção de taxas de desemprego relativamente reduzidas, indiciadoras de uma situação de quase pleno emprego na Região.

Estatísticas do Emprego

	2001	2002	2003	2004*
População Activa (1 000 indivíduos).....	100,6	103,6	105,1	108,6
População Empregada (1 000 indivíduos).....	98,4	101,0	102,1	104,9
População Activa Feminina (%).....	36,0	36,4	37,0	37,4
Taxa de Actividade (%).....	42,4	43,5	43,8	45,0
Taxa de Desemprego (%).....	2,3	2,6	2,9	3,4

* Estimativas.

Fonte: SREA – Inquéritos ao Emprego.

Tomando o último ano completo em que se dispõe de informação, observa-se que, em 2004, a taxa de desemprego rondou os 3,4 %. Os Açores conjuntamente com a Madeira, foram as regiões do país que naquele período temporal apresentaram a taxa de desemprego mais baixa.

Em termos de repartição sectorial da população empregada, é o sector dos serviços que absorve a maioria dos empregados, mantendo ainda algum peso relativo o sector primário da economia.



Repartição Sectorial do Emprego

	2002	2003	2004*
Agricultura, Silvicultura e Pescas	13,4	12,8	12,5
Indústria, Construção, Energia e Água	29,2	28,2	26,4
Serviços	57,4	59,0	61,1

* Estimativas.

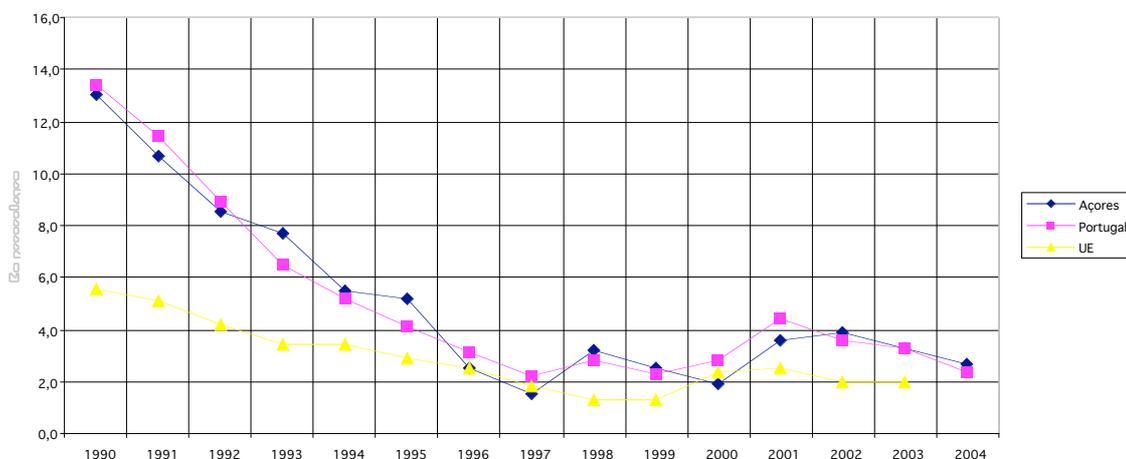
Fonte: SREA – Inquéritos ao Emprego.

Preços

Ao nível da variação dos preços no consumo, a taxa de inflação na Região tem apresentado valores baixos e enquadrados na tendência geral do país e da Europa comunitária.

Em 2004, a taxa de variação média dos últimos doze meses, do índice de preços no consumidor, foi de 2,7% nos Açores.

Evolução de preços, IPC e IHPIC





Finanças Públicas

A execução orçamental relativa ao ano de 2004 atingiu plenamente os objectivos inicialmente traçados, na medida em que foi assegurada uma contenção efectiva nas despesas de funcionamento da administração regional (+2,1%) e, ao mesmo tempo, registou-se uma taxa de crescimento das despesas de investimento (+6,5), superior às observadas nos últimos cinco anos.

A Conta da Região relativa a 2004, excluindo as contas de ordem, apresentará um saldo positivo da ordem dos 22 milhões de euros, fundamentalmente, em consequência de diversos ajustamentos efectuados em sede das receitas fiscais geradas na Região e, também, da contenção imprimida às despesas de funcionamento. Efectivamente, registou-se uma melhoria significativa no rácio de cobertura das despesas de funcionamento pelas receitas próprias da Região, o qual passou de 90,2% para 98,2%, entre 2003 e 2004.

No âmbito das receitas da Região, foram as receitas próprias, com um valor de 497,2 milhões de euros, que registaram uma taxa de crescimento mais significativa, +11,2%, observando, igualmente, um acréscimo do seu peso relativo no total da receita, o qual passou de 63,1%, em 2003, para 65,9%, em 2004.

No cômputo das receitas próprias, salientam-se as receitas fiscais cuja execução atingiu os 488,7 milhões de euros, mais 14,9% do que o respectivo valor de 2003.



Os dois grandes agregados da despesa – Funcionamento e Plano – mantiveram em 2004 uma estrutura semelhante à que detinham em 2003, traduzindo uma ligeira alteração que se considera positiva, já que se registou um aumento de cerca de um ponto percentual no peso relativo das despesas de investimento por contrapartida das despesas de funcionamento.

O plano da Região atingiu uma execução de 226,1 milhões de euros, o que traduz uma taxa de crescimento de 6,1%, relativamente a 2003 e uma excelente taxa de realização de 97,2%, se não considerarmos as dotações do plano que estavam consignadas à receita da reprivatização da EDA e ao pagamento de bonificações de juro do crédito à habitação, cuja transferência não foi efectuada pelo Governo da República, em 2004.

Síntese das Contas

Milhares de Euros

	2003	2004
1. Receitas Correntes	504.842,7	542.742,7
2. Despesas Correntes	493.819,3	503.858,6
3. Encargos da Dívida Pública	7.592,1	7.371,2
4. Saldo Corrente (1-2)	11.023,4	38.884,1
5. Receitas de Capital	202.991,1	211.506,3
6. Empréstimos	0,0	0,0
7. Despesas de Capital	214.036,3	228.427,5
8. Amortização de Dívida	0,0	0,0
9. Saldo de Capital (5-7)	-11.045,2	-16.921,2
10. Saldo Global (4+9)	-21,8	21.962,9
11. Saldo Primário (10+3)	7.570,2	29.334,1

Fonte: DROT



Aspectos Sectoriais

Sectores Económicos

Agricultura

O volume de produção de leite recebido nas fábricas situa-se num patamar da ordem de 500 milhões de litros. O leite industrializado é consumido predominantemente na forma de UHT.

O queijo representa o produto lácteo mais significativo, registando evolução positiva, mesmo nos anos de redução de matéria-prima.

Leite Recebido nas Fábricas e Industrializado

	1997	1999	2001	2003	2004
Leite recebido nas fábricas (1 000 lt)	393 500	474 231	482 789	492 211	491 276
Leite p/ Consumo(1 000 lt).....	38 042	43 391	45 108	52 851	65 797
Produtos Lácteos (ton)	41 101	49 247	48 384	51 289	49 681
Manteiga.....	6 260	6 915	5 825	7 325	6 794
Queijo.....	16 070	22 496	25 387	25 459	26 075
Leite em Pó	18 603	19 633	16 997	18 271	16 557
Iogurtes.....	168	203	175	234	255

Fonte: SREA

A produção de carne tem registado, nos anos mais recentes, uma evolução tendencialmente positiva. O sentido desta evolução é comum aos diversos tipos de carnes. Todavia a intensidade fica a dever-se, fundamentalmente, à carne de bovino para exportação, cujo crescimento se vem aproximando dos níveis atingidos antes da crise de 1997. A evolução



no crescimento das carnes para consumo nas próprias ilhas caracteriza-se mais pela moderação e regularidade.

Produção de Carne

	1997	1999	2001	2003	2004
Gado bovino abatido.....	7 078	6 001	6 028	7 998	7 247
Gado bovino exportado vivo * ..	3 541	8 468	10 664	14 078	11 983
Gado suíno abatido	4 609	5 529	5 187	5 798	5 364
Aves (abate).....	2 420	2 666	2 778	3 318	3 565
Total.....	17 648	22 664	24 657	31 192	28 159

Fonte: SREA

* Peso estimado em carcaça.

Pescas

A actividade piscatória, medida pelo pescado descarregado nos portos, traduz-se em volumes da ordem de 11 mil toneladas anuais, às quais correspondem valores brutos de produção na ordem de 27 milhões de euros. Anualmente, registam-se variações específicas nas condições em que se desenvolvem as actividades no sector, observando-se flutuações significativas de preços.

As diferentes variedades de pescado mais tradicional (“restante pescado” no quadro abaixo) ocupam o lugar mais representativo, sendo a componente da pesca de tunídeos a que apresenta maior sensibilidade a condições de produção.



Actividade Piscatória

	Anos				D %		
	1999	2001	2003	2004	01 / 09	03 / 01	04 / 03
VOLUME (ton)							
Total.....	9.882	7.070	10.013	11 042	-28,5	41,6	10,27
Tunídeos.....	3.522	1.479	3.505	5 228	-58,0	137,0	49,16
Restante pescado.....	6.360	5.591	6.508	5 814	-12,1	16,4	-10,6
VALOR (mil euros)							
Total.....	25.043	22.043	26.119	27 452	-12,0	18,5	5,1
Tunídeos.....	3.222	1.594	2.390	3 537	-50,5	49,9	48,0
Restante pescado.....	21.821	20.449	23.729	23 915	-6,3	16,0	0,8
PREÇO (€ /kg)							
Total.....	2,53	3,12	2,61	2,49	23,0	-16,3	-4,6
Tunídeos.....	0,91	1,08	0,68	0,68	17,8	-36,7	0
Restante pescado.....	3,43	3,66	3,65	4,11	6,6	-0,3	12,6

Fonte: SREA.

O número de pescadores matriculados situa-se na ordem de 4 milhares e o das embarcações 1600 unidades. Procurando observar a actual tendência de evolução destes factores produtivos, através de alguns rácios, verificar-se-á uma tendência no sentido do aumento de dimensão medida pela tonelagem média por embarcação e por pescador matriculado.

Pescadores e Embarcações

	1998	2000	2002	2003	2004
Pescadores matriculados	4 101	4 210	3 684	3 417	3 853
Embarcações - N°	1 697	1 649	1 629	1 617	1 582
Embarcações – TAB.....	12 386	13 752	13 274	11 710	10 824
TAB / Pescador.....	3,0	3,3	3,6	3,4	2,8
TAB / N° Embarcações	7,3	8,3	8,1	7,2	6,8

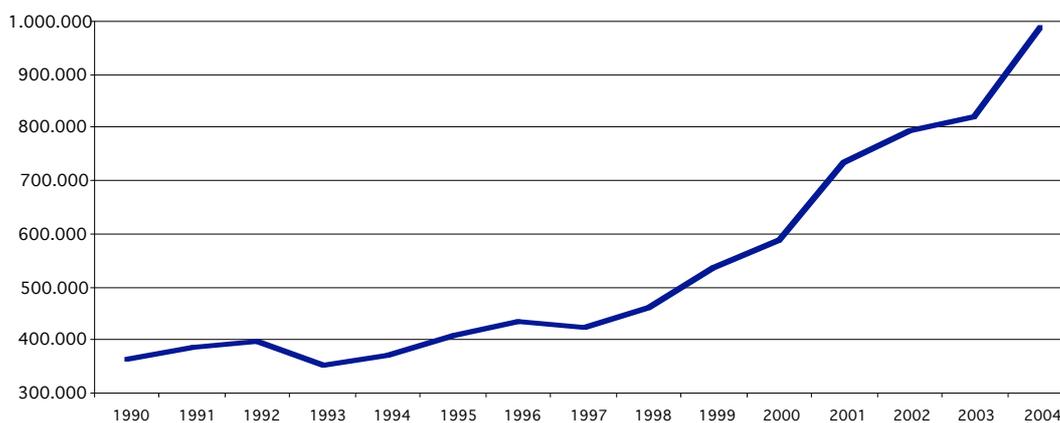
Fonte: SREA



Turismo

A hotelaria tradicional e o turismo em espaço rural, somaram, em conjunto e no ano de 2004, uma capacidade de alojamento de cerca de 8000 camas, em resultado de um crescimento assinalável da oferta de alojamento turístico, que se fez sentir essencialmente nos últimos quatro anos. A procura tem vindo a aumentar sistematicamente todos os anos, sendo a Região Autónoma dos Açores a região do país que mais cresceu nos últimos seis anos, tanto em termos de dormidas, como em termos de receitas. De 1996 a 2004, o número de dormidas cresceu 126% e as receitas totais, cerca de 148%.

Evolução das Dormidas, na HT e TER



Actualmente, mais de 50% da oferta hoteleira da Região foi construída de novo, e a restante, em mais de 50% foi profundamente remodelada e reestruturada.



Segundo a Direcção-Geral de Turismo (Julho de 2005), a receita média por dormida em 2004 nos Açores era superior à Região Centro, ao Alentejo, ao Algarve e à Madeira. Em termos de unidades de quatro estrelas, o preço médio por dormida nos Açores foi, em 2004, superior à Madeira, ao Alentejo e ao Algarve.

De 1996 a 2004, houve um salto significativo na procura dirigida à região, tendo-se diversificado os mercados emissores. De facto, enquanto que Portugal em 1996 representava cerca de 72% do volume total de dormidas, em 2004 esse peso era de 53%, por via do aumento da importância dos restantes mercados emissores.

Assim, e embora a promoção turística da região junto do mercado nacional tenha vindo a constituir uma das principais linhas de política do sector, dado o aumento da oferta hoteleira verificado e a forte sazonalidade deste mercado, torna-se cada vez mais importante diversificar a procura, o que tem vindo a acontecer. Exemplo disso são, o mercado sueco, ou o mercado norueguês e alemão que, em 2004, representavam, respectivamente, cerca de 16%, 7% e 8% da procura dirigida à região.

Total de Dormidas na RAA, por país de residência

	1996		2004	
	Número	%	Número	%
Total	428.458	100,0	1 089.255	100,0
Portugal	311.590	72,7	580.652	53,3
Estrangeiro.....	116.868	27,3	508.603	46,7

Fonte: SREA; Estatísticas do Turismo



Os mercados, alemão, espanhol e canadiano foram aqueles que registaram um maior crescimento em 2004, cerca de 50%. Prevê-se que, em 2005, se assista a um forte crescimento do mercado dinamarquês, finlandês e inglês, como consequência das medidas de promoção que têm vindo a ser desenvolvidas, particularmente no que se refere ao estabelecimento de novas ligações aéreas com estes países.

Energia

As fontes de energia primária utilizadas continuam a basear-se nos combustíveis fósseis importados (fuel, gásóleo, gasolina). Todavia, as fontes de energia renováveis como a energia hídrica, a geotérmica e a eólica têm registado evoluções positivas, aproximando-se nos anos mais recentes de cerca de um décimo do total de energia consumida.

A produção de energia eléctrica tem crescido a ritmos significativos, situando-se as respectivas taxas médias anuais à volta de 7%.

A produção de origem térmica continua a ser dominante, porém as energias renováveis representam já uma quota próxima de um quinto do total.

Produção De Electricidade, Segundo O Tipo

1.000 Kwh

	1997	1999	2001	2003	2004
Total	416.225	487.787	559.252	641.236	702 686
Eólica	3.026	2.664	2.431	10.253	11 766
Térmica	344.258	382.472	421.784	512.285	576 310
Hídrica	22.921	22.656	29.749	29.827	30 408
Geotérmica	46.019	79.995	105.289	88.871	83 970

Fonte: SREA; EDA.



No que respeita à utilização de electricidade, o consumo doméstico representa a componente mais significativa, mas os consumos comerciais e de serviços têm-se revelado mais dinâmicos nos últimos anos. Os consumos industriais têm-se caracterizado por uma certa estabilidade, apenas acompanhando a evolução média geral dos últimos anos.

Consumo de Electricidade, segundo o tipo

1.000 Kwh

	1997	1999	2001	2003	2004
Total	354.651	418.021	485.201	560.135	622 022
Domésticos	143.890	159.821	183.935	206.435	218 884
Comércio/Serviços	94.096	116.941	139.708	174.769	205 415
Serviços Públicos	33.856	39.581	47.166	46.795	58 532
Industriais	64.099	81.539	92.288	107.544	111 263
Iluminação Pública	18.710	20.140	22.104	24.592	27 927

Fonte: SREA; EDA.

Construção e Habitação

Nos últimos anos, a produção local de cimento tem contribuído com cerca de 55% do total de cimento utilizado nas obras. Em anos anteriores situou-se numa quota de cerca de 60%.

Produção e Importação de Cimento

Ton

	1997	1999	2001	2003	2004
Total - Cimento	203.048	284.764	341.892	331.624	322 006
Produção Local	119.603	161.821	195.560	183.646	173 406
Importação	83.445	122.943	146.332	147.978	148 600

Fonte: SREA, Séries Estatísticas.



As licenças de obras para habitação, representam cerca de três quartos do total de licenças concedidas para obras nos Açores.

Licenças Concedidas para Obras nos Açores

	1997	1999	2001	2003	2004
Licenças para Obras	1.695	1.971	2.202	1.815	1 982
Licenças para Habitação	1.207	1.509	1.662	1.360	1 493
Licenças para Outras Obras	488	462	540	455	489

Fonte: SREA.

Nota: A partir de 2002 os valores referem-se ao número de edifícios licenciados e não ao número de licenças.

Transportes e Comunicações

Os dados disponíveis sobre os movimentos de passageiros apontam no sentido de uma tendência de redução de tráfego nos transportes colectivos terrestres e de aumento nos transportes marítimos e aéreos.

Tráfego de Passageiros

	1992	1996	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Terrestre (a)	123.445	120.763	108.133	100.123	83.978	99.023	99 805	..
Marítimo	277.996	295.541	400.468	451.746	431.065	456.988	468 986	467 846
Aéreo (b)	485.572	524.530	665.838	710.165	764.982	776.700	770 767	821 862

Fonte: SREA.

- a) Passageiros Km - Transportes Colectivos
- b) Metade dos Movimentos dos Passageiros nos Aeroportos.



Os movimentos de passageiros nos aeroportos vêm revelando alterações na sua composição segundo os diversos tipos de tráfego.

O tráfego de passageiros interno (na prática inter-ilhas) é ainda o que regista maior número de frequências, mas já não tem o predomínio que registava habitualmente e nos últimos anos, representou percentagens inferiores a metade do tráfego total.

Por outro lado, os tráfegos com o exterior (territorial e internacional), apesar de continuarem mais sensíveis a influências de conjuntura, apresentam tendências de crescimento superiores em média. Será particularmente o caso do tráfego internacional, o que se mostra consistente com a evolução da procura turística.

Movimento de Passageiros nos Aeroportos, segundo o tipo de tráfego

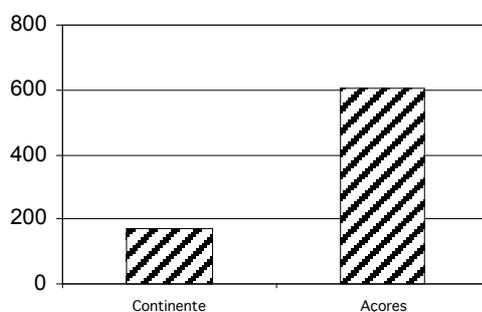
	<i>Interno</i>	Territorial	Internacional	<i>Total</i>
1999	719 470	497 623	114 583	1 331 676
2000	739 145	549 447	133 367	1 421 959
2001	781 179	592 163	156 621	1 529 963
2002	767 577	632 812	153 010	1 553 399
2003	751 555	626 404	163 574	1 541 533
2004	804 604	654 588	184 532	1 643 724

Fonte: SREA.

Observando-se a frequência de movimentos de passageiros nos aeroportos em relação ao número de habitantes residentes, verifica-se que nos Açores há uma elevada intensidade no uso do modo de transporte aéreo, quando se faz a comparação com o Continente através do mesmo indicador. Esta diferença de intensidade estará logicamente relacionada com as características diferentes da geografia física em ambos os territórios.



Número de Movimentos de Passageiros nos Aeroportos por cada 100 Habitantes



As cargas movimentadas nos portos, atingem cerca de 2,7 milhões de toneladas, todavia o volume das movimentadas nos aeroportos não chega a representar 1% daquelas.

Cargas Movimentadas

1 000 Ton.

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Aeroportos	9,6	11,5	11,5	11,9	13,4	14,4	14,0	12,7	13,1	13,3	12,7
Portos	1.498,5	1.611,4	1.733,9	1.823,5	2.168,3	2.287,7	2.303,5	2.501,8	2.647,9	2 726,9	2 797,1
Total	1.508,1	1.622,9	1.745,4	1.835,4	2.181,7	2.302,1	2.317,5	2.514,5	2.661,0	2 740,2	2 809,8

Fonte: SREA.

EVOLUÇÃO EM 2005

Através de alguns indicadores simples relativos a diversos sectores da actividade económica, poder-se-á inferir que a conjuntura económica na primeira metade do corrente ano se pode caracterizar por uma evolução positiva.

Com efeito, através de informação estatística que vai sendo disponibilizada, permite com alguma segurança concluir pela manutenção



de uma tendência de crescimento, pese embora algumas restrições conhecidas na produção primária (leite) e alguma flutuação ao nível da actividade piscatória. Nos demais indicadores revelam-se ritmos de crescimento apreciáveis, destacando-se o forte impulso na actividade turística e também a recuperação dos níveis de consumo das famílias de bens duradouros, como é o caso da venda de veículos. Por último, de assinalar os muito elevados níveis de crescimento do consumo de energia eléctrica, por parte das principais categorias de consumidores (famílias e empresas).

Indicadores	Taxas de Variação homóloga (%)	
	1º Trim. 05	2º Trim. 05
Leite entregue nas fábricas	1,6	-0,6
Gado bovino abatido (peso)	20,4	4,7
Gado suíno abatido (peso).....	5,7	19,1
Gado total exportado (peso)	13,7	3,4
Pesca (quantidade).....	-27,5	1,5
Licenças de construção concedidas.....	13,6	-6,3
Venda de Cimento	-2,3	2,0
Consumo de energia eléctrica	11,0	8,9
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros.....	17,9	25,6
Venda de automóveis ligeiros de passageiros	9,6	40,7

Fonte: SREA, Boletins Trimestrais de Estatística.



Sectores Sociais

Educação

No ano lectivo de 2003/2004 mantiveram-se as tendências dos principais indicadores. O total de matrículas/inscrições apresentou um ligeiro decréscimo referente ao ano anterior (-1,5%).

Na generalidade, o volume de matrículas nos níveis do Ensino Básico e no Ensino Secundário continuam a tendência descendente que se tem vindo a verificar ultimamente. Por seu turno, o nível de matrículas no Ensino Profissional continua a sua tendência crescente.

**Matrículas nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade
Ensino Oficial e Particular**

Anos Lectivos	Educação Pré - Escolar	Cidadania	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Profissional	Total Geral
			1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo			
1993/94	6.715		21.264	9.820	13.304	8.363	138	59.604
1994/95	6.606		20.438	9.729	13.386	9.508	146	59.813
1995/96	6.819		19.716	9.723	12.572	10.088	237	59.155
1996/97	7.044		19.191	9.802	12.699	10.307	383	59.426
1997/98	6.977		18.659	9.775	12.837	9.987	458	58.693
1998/99	6.803		18.157	9.225	12.537	9.435	627	56.784
1999/00	6.793		17.638	8.949	11.592	9.312	747	55.031
2000/01	7.341		17.254	8.421	12.123	8.490	1.118	54.747
2001/02	7.318		16.448	8.441	11.377	8.743	1.411	53.738
2002/03*	7.658	111	16.907	8.473	11.363	7.992	1.614	54.118
2003/04*	7 710	52	16 981	8 515	10 615	7 205	2 166	53 244
*								

Fonte: Estatísticas da Região 2003/2004 - R.A.A., Direcção Regional da Educação.

* O 1.º Ciclo inclui 51 alunos do Ensino Recorrente e 564 alunos do Programa Oportunidade;



O 2.º Ciclo inclui 15 alunos do Ensino Profissional; 115 alunos do Ensino Recorrente; 155 alunos do Programa Oportunidade e 195 alunos do Programa PROFIJ;

O 3.º Ciclo inclui 342 alunos do Ensino Profissional; 96 alunos do Programa Oportunidade e 123 alunos do Programa PROFIJ;

O Ensino Secundário inclui 12 alunos do Programa PROFIJ.

** O 1.º Ciclo inclui 69 alunos do Ensino Recorrente e 787 alunos do Programa Oportunidade;

O 2.º Ciclo inclui 70 alunos do Ensino Recorrente; 195 alunos do Programa Oportunidade e 243 alunos do Programa PROFIJ;

O 3.º Ciclo inclui 192 alunos do Ensino Profissional; 169 alunos do Programa Oportunidade e 517 alunos do Programa PROFIJ;

O Ensino Secundário inclui 157 alunos do Programa PROFIJ.

A taxa de escolarização apresenta valores crescentes em todas as idades, apesar da população escolar ter vindo a diminuir. Este aumento é mais significativo nas idades da Educação Pré-Escolar e a partir dos 14 anos. Da observação da evolução destas taxas, verifica-se um alargamento do leque de idades com taxas dos 100%, presentemente representativas das idades de escolaridade obrigatória.



Taxas de Escolarização por Idades e Anos Lectivos *

Idades	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
< 1 Ano				7,7
1 Ano				11,8
2 Anos			14,7	11,6
3 Anos	37,6	40,3	44,2	46,6
4 Anos	65,4	73,3	78,2	74,2
5 Anos	100,5	100,0	103,7	108
6 Anos	103,3	103,6	114,5	115,7
7 Anos	102,6	102,6	103,9	105,2
8 Anos	101,4	104,7	107,0	108,4
9 Anos	105,5	114,8	120,4	117
10 Anos	102,1	106,2	114,6	111,6
11 Anos	101,1	97,5	109,3	106,3
12 Anos	108,5	97,5	103,2	104,8
13 Anos	104,4	93,4	104,2	101,7
14 Anos	102,1	92,5	105,3	98,3
15 Anos	80,1	81,7	86,7	86
16 Anos	72,9	71,9	72,1	73,7
17 Anos	60,8	58,4	62,3	60,2
18 Anos	41,7	40,5	42,4	40,2
19 Anos	25,5	25,1	25,9	26,4

Fonte: Estatísticas da Região 2003/2004 - R.A.A., Direcção Regional da Educação

* Taxas de escolarização superiores a 100%, resultam de diferenças entre métodos e fontes no que respeita ao número de alunos efectivos e potencialmente efectivos

O aproveitamento escolar, medido através da taxa de transição/aprovação oscila entre os 85,3% no 4.º ano de escolaridade e os 44,6% no 12.º ano, confirmando um maior aproveitamento escolar nos ciclos do ensino geral e obrigatório do que no secundário.



Aproveitamento Escolar nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade (a)

Taxas de Transição

Ano de Escolaridade	Ensino Oficial e Particular			
	00/01	01/02	02/03	03/04
4.º ⁽¹⁾	81,1	85,3	82,8	85,3
6.º ⁽²⁾	80,3	75,1	76,4	77,1
9.º ⁽³⁾	80,4	71,4	73,2	74,9
12.º ⁽⁴⁾	41,9	49,4	45,5	44,6

Fonte: Estatísticas da Região 2002/2003 - R.A.A., Direcção Regional da Educação

a) Não inclui o Ensino Profissional nem o Ensino Recorrente

1) Ano terminal do 1.º Ciclo do E. Básico

2) Ano terminal do 2.º Ciclo do E. Básico

3) Ano terminal do 3.º Ciclo do E. Básico

4) Ano terminal do Ensino Secundário

Analisando o binómio alunos/docentes, verifica-se que apesar da diminuição do número de alunos que se tem vindo a verificar na última década, o número de docentes aumentou até 2000/2001, registando-se agora um ligeiro decréscimo. A evolução destas variáveis implicou um rácio de 11 alunos por professor. A tendência para o decréscimo do número de alunos tem vindo a significar uma menor pressão sobre os recursos escolares, como o exemplo do rácio alunos/salas de aula, também, tem revelado.

Relativamente às infra-estruturas educacionais, verifica-se que há uma diminuição do número de estabelecimentos, quando comparado com o último ano lectivo com dados disponíveis, 1997/98, de 484 para 311 estabelecimentos. Tendo em conta a dispersão geográfica da população



açoriana, a baixa densidade demográfica da generalidade do território, a crescente concentração urbana e a necessidade de se criar um sistema educativo mais autónomo e descentralizado, o modelo de rede escolar foi reestruturado assentando, entre outros princípios, na integração vertical da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e na concentração das actividades escolares do 1.º ciclo e da Educação Pré – escolar num único edifício em cada freguesia ou conjunto de freguesias, justificando, deste modo, a diminuição verificada no número de estabelecimentos (Resolução n.º 10/2004, de 22 de Janeiro).

Não obstante a situação mencionada, verifica-se que o número de salas de aula, por sua vez, aumentou o que poderá ser explicado pelo facto de se ter vindo a seguir uma orientação de expansão do ensino secundário na generalidade dos concelhos da Região tendo provocado a ampliação de infra-estruturas já existentes, e até mesmo a construção de novas escolas, para aquele nível de ensino, nomeadamente no que se refere a laboratórios e outros espaços específicos destinados ao ensino experimental das ciências e tecnologias.

	Ensino Não Superior	Ensino Oficial
	1997/98	2003/2004
Estabelecimentos.....	484	311
Alunos.....	55.055	48.205
Docentes	4.198	4.232
Salas de aula	2.450	2.595
Alunos/Docente.....	13	11
Alunos/Salas.....	22	19

Fonte: Estatísticas da Educação 1997/1998 e 2003/2004, DRE.



Saúde

Os dados sobre os serviços prestados nos hospitais e centros de saúde apontam no sentido de evoluções consideráveis. Nos actos clínicos regista-se uma participação significativa de recursos humanos e uma utilização crescente de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Geral

	1999	2002	2003	2004
Profilaxia / vacinas	82.426	80.036	76 468	70 978
Consultas mais urgências	827.578	875.034	903 086	898 567
Internamentos (doentes saídos)	28.363	28.460	28 531	27 704
Diagnósticos e terapêuticas (meios)	2.044.538	2.508.511	2 707 185	3 053 548
Pessoal total	3.571	4.066	4 039	4 099

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Os actos registados em profilaxia / inoculações globais correspondem a vacinações praticadas nos centros de saúde. O volume de actos situa-se na ordem de setenta e seis milhares mas, embora seja aplicado predominantemente com preocupações de prevenção de doenças em crianças com idade inferior a um ano, é fortemente condicionado por particularidades e campanhas específicas a nível local.

Os serviços de urgência têm registado, nos últimos anos, uma procura mais expressiva do que os de consulta. Esta evolução terá sido mais significativa no âmbito dos centros de saúde do que no dos hospitais.



Consultas e Urgências

	1999	2002	2003	2004
Consultas	441.923	427.901	464 368	473 958
Centros de Saúde	308.658	267.467	292 363	286 350
Hospitais	133.265	160.434	172 005	187 608
Urgências	381.603	443.163	438 718	424 609
Centros de Saúde	235.996	281.541	279 424	271 306
Hospitais	145.607	161.622	159 294	153 303

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Os movimentos de internamento nos hospitais e centros de saúde têm mantido características de certa estabilidade, situando-se a demora média em 7 ou 8 dias e a taxa de ocupação à volta de 62%.

Internamento

	1999	2002	2003	2004
Doentes saídos	28.363	28.460	28 531	27 704
Dias de internamento	211.849	218.713	220 562	211 743
Lotação	924	964	977	972
Demora média	7,5	7,7	7,7	7,7

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Os meios complementares de diagnóstico ultrapassam os dois milhões de exames e análises, enquanto os meios complementares de terapêutica correspondem a mais de trezentos mil actos. A evolução destes



meios tem registado crescimentos médios significativos. Todavia, é possível observar uma ligeira tendência para a realização do acto terapêutico corresponder, em média, uma menor utilização de exames e análises.

Meios Complementares

	1999	2002	2003	2004
Diagnóstico	1.848.047	2.197.880	2 360	2 689
			416	171
Terapêutica	196.491	310.631	346	364
			769	377
Total	2.044.538	2.508.511	2 707	3 053
			185	548

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

O pessoal em actividade nos serviços dos hospitais e dos centros de saúde situa-se na ordem de quatro milhares de profissionais. A evolução geral tem registado um alargamento efectivo de quadros, destacando-se um certo reforço de médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica.

Pessoal

	1999	2002	2003	2004
Médicos	352	435	466	465
Enfermeiros	878	1.011	1 013	1 036
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	173	203	202	212
Outro pessoal	2.168	2.417	2 358	2 386
Total	3.571	4.066	4 039	4 099

Fonte: Direcção Regional de Saúde.



Segurança Social

O número de pensionistas da Segurança Social nos Açores situa-se na ordem dos 48 372 indivíduos.

Os beneficiários em vida por velhice, que recebem pensões em substituição de retribuições do trabalho, representam cerca de 51% do total; os beneficiários em vida, mas inválidos por acidente ou doença antes da idade da reforma por velhice, representam cerca de 19% do total; e, finalmente, as famílias de beneficiários por morte destes representam cerca de 30%.

Pensionistas da Segurança Social

	Pensionistas (Total)	Pensionistas		
		Por Velhice	Por Invalidez	Por Sobrevivência
1999	35 363	18 267	6 700	10 396
2000	37 396	18 812	6 932	11 652
2001	46 162	24 238	8 466	13 458
2002	47 657	24 806	8 729	14 122
2003	47 531	24 539	8 777	14 215
2004	48 372	24 722	9 228	14 422

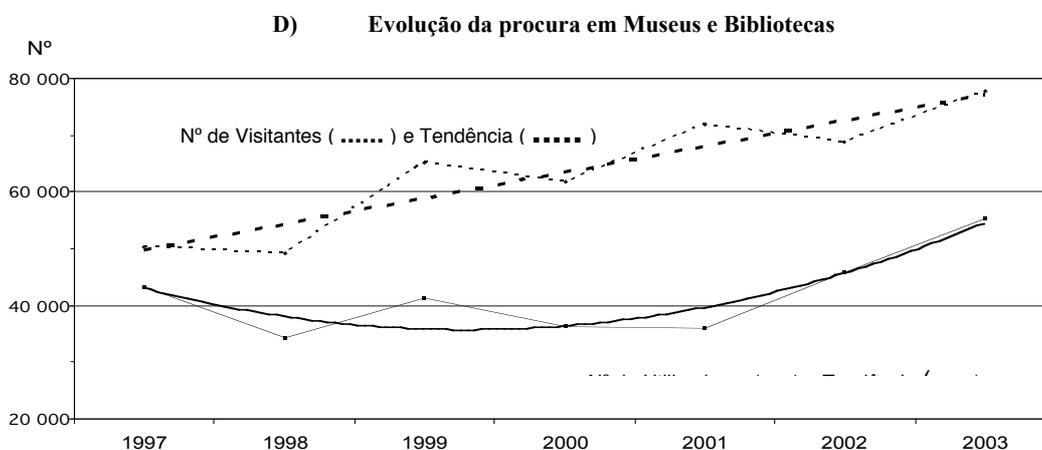
Fonte: SREA.

Cultura

Os museus e as bibliotecas públicas representam meios privilegiados de desenvolvimento de acções culturais, seja pelas capacidades patrimoniais e funcionais existentes, seja pelos diversos públicos que podem atrair.



Observando as evoluções das procuras sobre aqueles equipamentos culturais, por parte de visitantes nos museus e de utilizadores nas bibliotecas, verifica-se que existe actualmente uma tendência de crescimento em qualquer uma delas. Todavia, se a tendência da procura de visitantes aos museus prossegue a um ritmo mais regular e dentro de um mesmo padrão das estruturas existentes, já a procura de utilizadores nas bibliotecas revela, depois de uma ligeira quebra nos finais da década de noventa, uma intensificação do crescimento nos anos mais recentes, reflectindo, pelo menos em parte, a transição do funcionamento da biblioteca pública de Ponta Delgada das antigas para as novas instalações, no histórico Colégio dos Jesuítas.

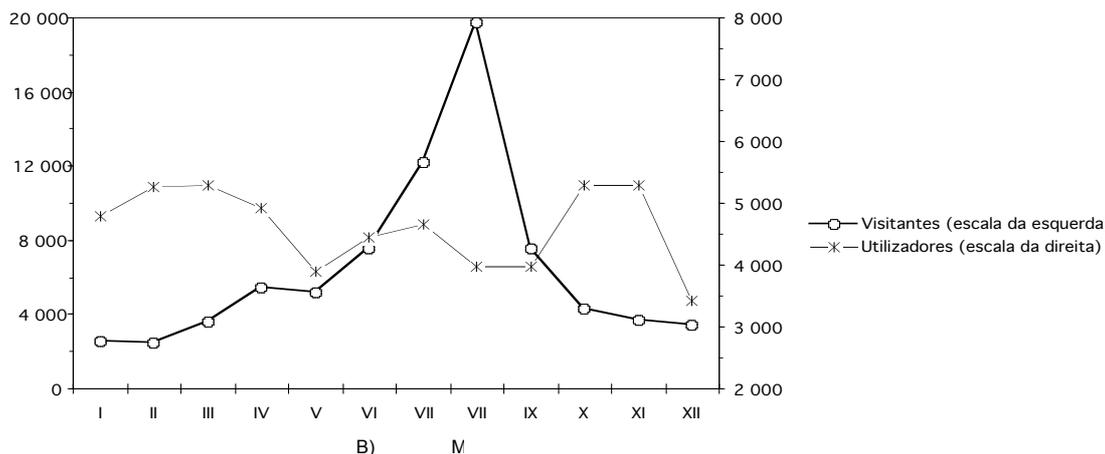


Observando agora a evolução intra-anual para os mesmos tipos de equipamentos culturais, verifica-se que a procura nos museus intensifica-se nos meses de Verão, enquanto a procura nas bibliotecas, ao contrário, é maior nas outras estações. Para esta diferença entre as distribuições ao longo do ano contribuirá significativamente a componente de turistas que



visitam os museus, enquanto nas bibliotecas será mais a componente de estudantes para leituras integradas na sua formação académica ao longo do ano escolar.

C) Procura intra-anual em Museus e Bibliotecas, no ano de 2003



No ano de 2004 desenvolveram-se um conjunto diversificado de eventos de natureza cultural nos Açores discriminando-se os principais no quadro seguinte:

Eventos	Quantidade	Equipamentos Utilizados
Exposições	63	29
Espectáculos	158	55
Conferências	11	7
Workshops	10	7
Ciclos de Cinema	5	3
Feiras do Livro	6	6
Lançamentos de CD's/Livros	5	4
Festivais	1	14
TOTAIS	259	125

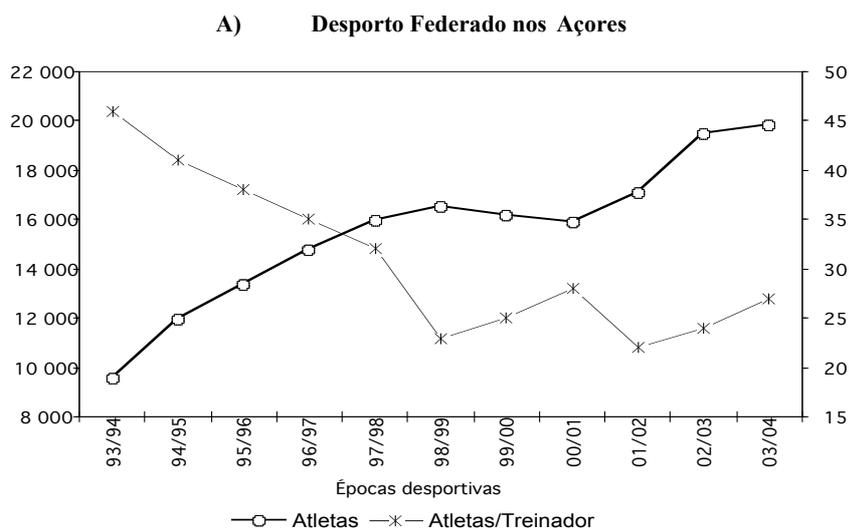


Desporto

As actividades desportivas nos Açores, enquadradas pelas federações associativas das diversas modalidades, vêm movimentando um número significativo de atletas e agentes responsáveis.

O número de inscritos na época de 2003/2004 aproximou-se de cerca de 20 milhares de atletas praticantes e de 721 treinadores.

Os dados anteriores resultam de um processo de crescimento assinalável já que, nos últimos dez anos, o número de atletas praticamente duplicou e as condições de enquadramento técnico poderão traduzir-se pelo rácio de 27 atletas por cada treinador, por contrapartida a um rácio inicial de 46 atletas.





Em termos de representatividade das diversas modalidades poderão agrupar-se dois conjuntos segundo as características:

- desportivas mais individuais, que atraem largas centenas ou mesmo à volta de um milhar de praticantes, como os 643 de xadrez, 586 de natação, 568 de “karaté”, 863 de ténis, 836 de judo, 941 de atletismo e 1.423 de ténis de mesa;
- ou de jogo em equipa envolvendo praticantes em número superior ou na ordem dos milhares, como os 1.424 de andebol, 1.307 de basquetebol, 2.270 de voleibol e os 5.559 de futebol.



III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

A) Sector Público Administrativo

A execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores no terceiro trimestre de 2005, apresentou uma execução da despesa de 561,7 milhões de euros, compensada por uma receita de 610,6 milhões de euros.

Receita

O quadro abaixo explicita a desagregação da receita efectiva por grandes agregados, bem como os seus níveis de execução, no final do terceiro trimestre do corrente ano.

Unidade: Mil Euros

	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1 - Receitas Fiscais	498.765,00	361.760,69	72,5%
Impostos Directos	149.500,00	106.057,22	70,9%
Impostos Indirectos	347.465,00	253.172,16	72,9%
Taxas, multas e outras penalidades	1.800,00	2.531,31	140,6%
2 - Outras Receitas	78.999,58	65.844,63	83,3%
3 - Receitas Próprias (1+2)	577.764,58	427.605,32	74,0%
4 - Total de Transferências	274.889,00	182.951,22	66,6%
Transferência de O.E	242.447,00	167.858,57	69,2%
Transferências da U.E	32.442,00	15.092,65	46,5%
Total da Receita	852.653,58	610.556,54	71,6%



As receitas fiscais no 3.º trimestre do corrente ano apresentaram uma execução de 72,5%, o correspondente a 361,8 milhões de euros. Deste valor 29,3% corresponde a impostos directos, que contabilizaram 106,1 milhões de euros e 70,0% corresponderam a impostos indirectos, com uma execução de 253,2 milhões de euros. As taxas, multas e outras penalidades, é uma rubrica com pouco impacto no total da receita fiscal, apenas 0,7%, apresentando uma execução de 2,5 milhões de euros.

As outras receitas próprias apresentaram uma execução de 83,3%, valor este bastante elevado, em grande parte, justificado pelo facto de já se ter concluído o processo de reprivatização da EDA, S.A..

Verifica-se, assim, que as receitas próprias apresentavam uma execução, no final do 3.º trimestre, de 74,0%, o correspondente a 427,6 milhões de euros, sendo as receitas fiscais as que maior peso têm no conjunto destas receitas, ou seja, 84,6%. Este facto, permite concluir que, as receitas próprias atingirão, no final do ano, uma taxa de execução muito próxima das estimativas efectuadas em sede orçamental.

Relativamente às transferências, registou-se uma execução de 183,0 milhões de euros, 66,6% do valor orçamentado, nas quais se destacam as transferências do Orçamento de Estado (OE) que contabilizaram uma execução de 167,9 milhões de euros, 69,2% do orçamentado. Os restantes 15,1 milhões de euros corresponderam a transferências da união Europeia.



Dada a importância da receita fiscal no total da receita própria apresenta-se de seguida a desagregação das suas principais componentes.

	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Receitas Fiscais	498.765,00	361.760,69	72,5%
IRS	115.330,00	74.197,18	64,3%
IRC	33.820,00	31.745,04	93,9%
IVA	270.900,00	203.027,01	74,9%
Imposto sobre Tabacos	20.787,00	15.891,80	76,5%
IA	12.600,00	10.135,26	80,4%
Selo	22.658,00	13.981,35	61,7%
IABA	20.070,00	9.840,57	49,0%
Outras	800,00	411,17	51,4%
Taxas multas e outras penalidades	1.800,00	2.531,31	140,6%

Do conjunto de impostos, destacam-se o IRS, IRC e IVA, por serem os que mais contribuem para a arrecadação em sede de receitas fiscais, com 74,2 milhões de euros, 31,7 milhões de euros e 203,0 milhões de euros, respectivamente.

O imposto automóvel, o imposto sobre os tabacos, o imposto de selo e o imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas, no seu conjunto, totalizaram 49,8 milhões de euros, o que equivale a 13,8% do total da receita fiscal arrecadada.

O IVA é o imposto com maior peso no total da receita fiscal arrecadada, correspondendo a 56,1% desta, salientando-se que a sua taxa de execução no final do terceiro trimestre (74,9%), permite projectar uma realização final muito próxima dos 100%, relativamente ao valor estimado no orçamento.



Despesa

No quadro seguinte apresentam-se os níveis de execução da despesa total registados no final do 3^a trimestre do corrente ano, desagregada em função da despesa de funcionamento e de investimento.

	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
Despesas Totais	852.653,59	561.693,42	65,9%
<i>Despesas de Funcionamento</i>	<i>532.624,12</i>	<i>374.424,99</i>	<i>70,3%</i>
Pessoal	264.791,43	189.168,46	71,4%
Juros	8.500,00	4.925,90	58,0%
Transferências	221.903,43	161.119,09	72,6%
Aquisição de bens e serviços correntes	17.748,52	10.480,62	59,1%
Aquisição de bens e serviços de capital	1.661,23	611,85	36,8%
Outras	18.019,51	8.119,07	45,1%
<i>Despesas de Investimento</i>	<i>320.029,47</i>	<i>187.268,43</i>	<i>58,5%</i>

As despesas com pessoal e as transferências são as rubricas que mais se destacam no âmbito das despesas de funcionamento, as quais, seu conjunto, representam 93,6% da execução total destas. As despesas com pessoal apresentam uma execução de 189,2 milhões de euros (71,4%) enquanto que as transferências registam um nível de execução de 72,6% o que correspondeu a um dispêndio de 161,1 milhões de euros.

As aquisições de bens e serviços correntes e de bens de capital, apresentam, no seu conjunto, uma execução de 11,1 milhões de euros,



representando o terceiro maior agregado do total das despesas de funcionamento, ou seja 3,0% destas.

Os juros apresentam uma execução de 4,9 milhões de euros (58,0%), referentes ao pagamento de juros relativos aos empréstimos obrigacionistas internacionais.

Relativamente às despesas de investimento, estas apresentam, no final do mesmo período, uma taxa de execução de 58,5%, a que corresponde um valor de execução de 187,3 milhões de euros. Em igual período do ano anterior, com um montante executado de 148,1 milhões de euros, a respectiva taxa de execução era de 53,1%, o que se traduz num crescimento na ordem dos 26,4%.

B) Administração Local

Os municípios da Região Autónoma dos Açores obtiveram em 2004 receitas no valor total de 174,3 milhões de euros, sofrendo uma redução de 3%, relativamente a 2003. Este abrandamento deve-se essencialmente à redução de 23%, das transferências recebidas dos fundos comunitários. Sendo uma parcela importante da receita (representa 13%), o seu impacto é maior do que a redução de 46% verificada nas “Outras Transferências” ou de 30% nos empréstimos. A redução de 30% no recurso ao crédito pelos municípios resulta, naturalmente, dos limites mais restritos de



endividamento impostos pelo Governo Central. Já em 2003 tínhamos assistido a uma diminuição de 66% nos empréstimos contraídos. O valor de 13 milhões de euros de 2004 é o mais baixo dos últimos 5 anos. Em termos de endividamento, os municípios deviam à banca, no final de 2004, 136,7 milhões de euros, mais 0,9% que em 2003.

RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

mil euros

Receitas	2002		2003		2004		2003 / 04 (%)
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	
Receitas Locais	27.956	12	30.227	17	36.091	21	19
Fundos OE	82.414	36	84.978	47	89.477	51	5
Fundos Comunitários	50.702	22	30.325	17	23.265	13	-23
Transferências Gov Regional	7.401	3	6.313	4	7.520	4	19
Outras Transferências	7.863	3	8.962	5	4.828	3	-46
Empréstimos	55.081	24	18.664	10	13.088	8	-30
Totais	231.418	100	179.469	100	174.269	100	-3

Despesas	2002		2003		2004		2003 / 04 (%)
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	
Pessoal	36.850	17	39.793	21	41.764	24	5
Bens e Serviços	17.955	8	21.688	12	23.283	13	7
Juros	2.859	1	3.870	2	3.506	2	-9
Amortizações	11.622	5	9.793	5	11.919	7	22
Investimentos	134.048	62	98.778	53	79.343	46	-20
Transferências	9.382	4	10.992	6	11.478	7	4
Outras Despesas	5.141	2	2.958	2	2.934	2	-1
Totais	217.858	100	187.872	100	174.227	100	-7

Salienta-se o bom comportamento das receitas locais, que aumentaram 19%, o que faz com que estas receitas representem agora cerca de 21% da receita total. O aumento de 19% nas transferências do Governo Regional, resultante sobretudo de contratos araal de colaboração entre as duas administrações, regional e local, constitui, também, um bom resultado, todavia o seu impacto nas receitas totais é



reduzido, pois estas receitas representam apenas 4% do total arrecadado.

Nas despesas, o impacto verificado na redução dos fundos comunitários reflecte-se, naturalmente, no investimento, que sofreu um abrandamento de 20%. As despesas de pessoal aumentaram 5%, o que é normal neste tipo de despesa.

A redução no investimento fez-se sentir mais nas áreas da habitação e da educação, como demonstra o quadro da evolução do investimento por áreas.

mil euros

Investimento	2002		2003		2004		2003 / 04 (%)
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	
Terrenos e Habitação	23.877	18	23.645	24	9.728	12	-59
Instal Serviços e out edifíc	4.795	4	4.219	4	4.213	5	0
Educação e Desportos	33.233	25	25.413	26	17.948	23	-29
Rede Viária	28.625	22	15.540	16	18.472	23	19
Água e Esgotos	17.875	13	6.633	7	6.541	8	-1
Lixos	499	0	1.203	1	2.402	3	100
Outras Construções	10.734	8	8.675	9	4.796	6	-45
Equipamento, Mat Transp	5.160	4	4.196	4	4.641	6	11
Outros	8.054	6	9.254	9	10.603	13	15
Totais	132.852	100	98.778	100	79.343	100	-20

As despesas com aquisição de bens e serviços sofreram um aumento de 7%, representando uma parcela de 13% no contexto da despesa global. Por outro lado, no que respeita ao serviço da dívida, verifica-se uma redução no montante de juros pagos, e um aumento no total de despesas de amortização de empréstimos. Refira-se ainda que a capacidade legal de endividamento utilizada em 2004 foi de 52% (valor médio). Este valor seria todavia superior (81%) se não fossem excluídos os encargos de alguns empréstimos que não contam para a capacidade de endividamento, nomeadamente os que são contraídos para obras financiadas por fundos comunitários e os que se destinam à habitação e são cofinanciados pelo INH.



IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A presente proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA) para 2006 segue critérios e métodos semelhantes aos utilizados nos últimos anos, relativamente às previsões efectuadas, quer no que respeita às origens de fundos quer quanto às respectivas utilizações dos mesmos.

Na sequência do que ocorreu no ano de 2005, e de acordo com os objectivos constantes do programa do IX Governo Regional, a presente proposta de Orçamento apresenta um quadro financeiro estável das suas finanças públicas, consubstanciado no facto das despesas de funcionamento da administração regional serem integralmente financiadas por receitas próprias da Região e das necessidades liquidas de financiamento serem nulas.

Efectivamente, o rácio que mede o grau de cobertura das despesas de funcionamento pelas receitas próprias, passou de 104,3%, no ORAA de 2005, para os 112,8%, na presente proposta de Orçamento, possibilitando deste modo, a libertação de recursos financeiros adicionais destinados a financiar o plano de investimentos.

A prossecução deste objectivo estratégico está interligada com a manutenção da política de rigor e de contenção imposta à evolução das despesas de funcionamento da administração regional.



O quadro seguinte apresenta uma síntese da proposta de ORAA para o ano de 2006, no qual não se incluem as contas de ordem.

	Milhões de Euros
	2006
1. Receitas Correntes	686,0
2. Despesas Correntes	546,0
3. Encargos da Dívida Pública	7,5
4. Saldo Corrente (1-2)	140,1
5. Receitas de Capital	188,0
6. Empréstimos	49,9
7. Despesas de Capital	328,1
8. Amortização de Dívida	49,9
9. Saldo de Capital (5-7)	-140,1
10. Saldo Global (4+9)	0,0
11. Saldo Primário (10+3)	7,5

O quadro revela que a presente proposta de orçamento assegura o equilíbrio orçamental, apresentando um saldo global nulo e um saldo primário positivo, estimando-se que atinja o valor de 7,5 milhões de euros.

A) Orçamento da Receita

A receita global estimada para 2006 atinge o valor de 1.178,4 milhões de euros. Não se considerando, o valor das contas de ordem, no montante de 254,5 milhões de euros, a receita global prevista atinge os 923,9 milhões de euros, mais 8,4% que o correspondente valor orçamentado no corrente ano.

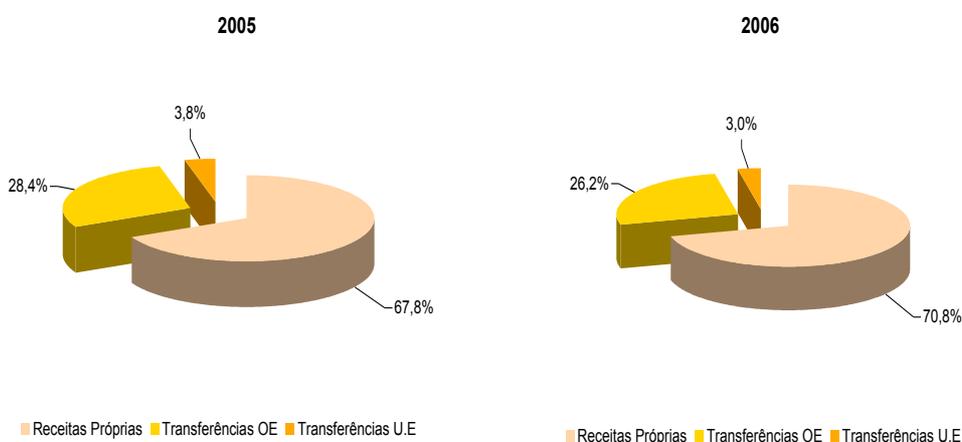


Para efeitos de análise comparativa, o valor da receita constante dos quadros que se apresentam, não inclui o montante da operação de refinanciamento a efectuar em 2006, no valor de 49,9 milhões de euros, que está, naturalmente, orçamentada no capítulo 12 da receita.

O total da receita efectiva prevista para 2006 atinge os 874 milhões de euros, mais 2,5% do que o correspondente valor orçamentado para o corrente ano.

A análise à receita segue a metodologia apresentada em anos anteriores, encontrando-se desagregada pelas três principais fontes de financiamento do orçamento regional – as receitas próprias, as transferências do Orçamento do Estado e as transferências da União Europeia.

Os gráficos seguintes apresentam a estrutura da receita prevista para 2006, de acordo com as referidas fontes de financiamento, estabelecendo-se a comparação com a estrutura relativa ao ano de 2005.





A leitura destes gráficos permite concluir que as receitas próprias, geradas pela actividade económica regional, constituem, de longe, a principal fonte de financiamento do orçamento, representando, em 2006, 70,8% do total da receita efectiva, aumentando 3 pontos percentuais relativamente a 2005.

As transferências do Orçamento do Estado e as transferências da União Europeia apresentam, para 2006, percentagens de 26,2% e de 3%, registando, ambas, decréscimos de 2,2 e 0,8 pontos percentuais, respectivamente, relativamente ao ano anterior.

Receitas Próprias

As receitas próprias previstas para 2006 ascendem a 618,6 milhões de euros, mais 7,1% do que o valor orçamentado no corrente ano.

A componente mais significativa das receitas próprias é constituída pelas receitas fiscais, as quais, com uma previsão global de 592,6 milhões de euros, denotam uma taxa de crescimento de 18,8%, relativamente ao respectivo valor do ano anterior.

Esta evolução significativa observada nas receitas fiscais entre 2005 e 2006, acontece, não obstante a utilização de taxas de crescimento iguais às constantes na proposta de Orçamento do Estado para 2006, para a generalidade dos impostos, e decorre, essencialmente, de dois factores:



- A previsão de transferências adicionais em sede de alguns impostos, designadamente, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e Imposto sobre o Álcool e Bebidas Alcoólicas (IABA), decorrentes de ajustamentos a efectuar por parte da administração fiscal; e
- A inclusão da receita relativa ao Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

Seguidamente, faz-se uma análise específica às previsões orçamentais efectuadas aos impostos mais importantes.

A previsão orçamental para o IRS, no montante de 148 milhões de euros, resulta de um acréscimo de 6,9% face à estimativa de execução em 2005, acrescido de um ajustamento a efectuar em 2006, em sede deste imposto.

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) atinge uma previsão orçamental de 42,6 milhões de euros, tendo-se aplicado uma taxa de crescimento de 4,6% sobre a estimativa de execução para o corrente ano.

Para o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) estima-se um valor de 286,7 milhões de euros, determinado em função da capitação do montante previsto na proposta do Orçamento do Estado para 2006.



O Imposto sobre o Tabaco (IT) atinge uma previsão orçamental de 22,7 milhões de euros, a qual resulta da aplicação da taxa de 9,1% sobre a estimativa de execução no final do corrente ano.

O Imposto do Selo (IS) está estimado em 19,4 milhões de euros, tendo sido aplicada uma taxa de crescimento de 4,1% relativamente à execução prevista para o ano de 2005.

Para o IABA prevê-se um valor de 12,7 milhões de euros, o qual contempla uma taxa de crescimento de 2% relativamente à execução prevista para 2005, bem como uma transferência adicional relativa a um ajustamento já apurado no âmbito do Grupo de Trabalho dos Impostos, no montante de 6,55 milhões de euros.

Para as outras receitas, ainda no âmbito das receitas próprias, estima-se um valor de 26 milhões de euros, a que corresponde uma diversidade de rubricas, salientando-se a redução significativa que se verifica, relativamente ao valor orçamentado em 2005, que se deve, fundamentalmente, às receitas extraordinárias resultantes da alienação de partes sociais de empresas, que foram orçadas em 2005.

Transferências do Orçamento do Estado

As transferências do Orçamento do Estado atingem, em 2006, uma previsão orçamental de 229,1 milhões de euros, valor que representa um ligeiro decréscimo de 2,1%, relativamente à estimativa de execução de 2005.



Esta pequena redução no valor das transferências deve-se às diminuições previstas para as verbas destinadas ao pagamento das bonificações do crédito à habitação e para as verbas destinadas ao co-financiamento dos custos associados à reconstrução dos prejuízos causados pelo sismo de 1998.

Salienta-se o facto das verbas estimadas para 2006, no que concerne ao crédito à habitação, no valor de 4 milhões de euros, corresponderem ao montante dos juros vencidos durante o ano de 2005, montante inferior ao de anos anteriores, os quais contemplavam valores em dívida relativos a vários anos.

As verbas destinadas à comparticipação do Governo da República no processo de recuperação do parque habitacional destruído pelo sismo de 1998, no montante de 15 milhões de euros, registam uma diminuição relativamente ao ano anterior, que está, naturalmente, associada à fase terminal deste processo.

Os montantes das transferências previstos para 2006, nos termos dos artigos 30.º e 31.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, mantêm-se nos valores de 2005, tendo sido aplicados os princípios consagrados na Lei de Estabilidade Orçamental, à semelhança do que aconteceu às transferências para a Região Autónoma da Madeira e para as Autarquias Locais.



Transferências da União Europeia

O valor global das transferências a receber no âmbito do PRODESA, em 2006, está estimado em 114,7 milhões de euros, dos quais 26,3 milhões de euros, estão afectos ao financiamento de investimentos directamente executados pelo Governo Regional, e 88,4 milhões de euros, estão consignados a projectos desenvolvidos por outras entidades e, como tal, inscritos em contas de ordem.

Os investimentos da responsabilidade directa do Governo Regional cujo co-financiamento está previsto em 26,3 milhões de euros, corresponde, exclusivamente, à comparticipação comunitária do FEDER.

Relativamente às verbas previstas no âmbito das contas de ordem, no valor global de 88,4 milhões de euros, as mesmas destinam-se a diversas entidades e encontram-se distribuídas pelos seguintes fundos:

- FEDER – 50 milhões de euros, destinados a financiar projectos de investimento promovidos por organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, pelas autarquias locais e pelo sector público empresarial da Região;
- FEOGA – 16 milhões de euros, destinados ao sector agrícola da Região;
- IFOP – 3,4 milhões de euros, destinados a financiar projectos na área das pescas;



- FSE – 19 milhões de euros, destinados a financiar projectos de formação profissional inicial, de activos e de desempregados nos diversos sectores de actividade.

Contas de Ordem

A previsão orçamental das contas de ordem para 2006 é de 254,5 milhões de euros, menos 22,6% do que o correspondente valor relativo ao corrente ano.

O valor global das contas de ordem inclui 16,2 milhões de euros, correspondentes a receitas próprias dos fundos e serviços autónomos e 238,3 milhões de euros, consignados a diversas entidades.

B) Orçamento da Despesa

A despesa pública global prevista para o ano económico de 2006 atinge os 1.178,4 milhões de euros, dos quais, 254,5 milhões de euros, respeitam a contas de ordem.

A análise à despesa é efectuada nos termos das respectivas classificações que a Lei de Enquadramento do Orçamento da Região impõe, nomeadamente, a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional.



Classificação Económica

Nos termos deste tipo de classificação, a despesa é estruturada de acordo com a natureza das respectivas aplicações dos fundos previstos em sede orçamental.

Para efeitos de análise comparativa, os valores orçamentados em sede da dotação provisional e o montante da operação de refinanciamento que ocorrerá em 2006, não serão considerados nos quadros que, seguidamente, se apresentarão.

O quadro seguinte apresenta a despesa global orçamentada para os anos de 2005 e 2006, nos termos da classificação económica.



Estrutura da Despesa Global

			Milhares de Euros	
	2005	%	2006	%
1. Despesas Correntes	523.336,4	44,6%	536.951,8	48,0%
Despesas com Pessoal	264.791,4	22,5%	272.298,0	24,3%
Transferências	221.329,6	18,8%	229.293,2	20,5%
Aquisição de Bens e Serviços	17.748,5	1,5%	16.740,2	1,5%
Encargos Correntes da Dívida	8.500,0	0,7%	7.500,0	0,7%
Outras	10.966,8	0,9%	11.120,4	1,0%
2. Despesas de Capital	2.537,7	0,2%	2.368,2	0,2%
Aquisição de Bens	1.661,2	0,1%	1.474,1	0,1%
Outras	876,5	0,1%	894,0	0,1%
3. Despesas de Funcionamento (1+2)	525.874,1	44,8%	539.320,0	48,2%
4. Despesas do Plano	320.029,5	27,2%	325.680,4	29,1%
5. Contas de Ordem	328.602,0	28,0%	254.537,4	22,7%
6. Total da Despesa (3+4+5)	1.174.505,6	100,0%	1.119.537,8	100,0%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e da operação de refinanciamento.

A evolução observada, entre 2005 e 2006, na estrutura da despesa pública permite concluir que a redução do peso relativo das contas de ordem provocou um aumento dos pesos das despesas do plano e das despesas de funcionamento, mormente, das despesas correntes.

As despesas de funcionamento da administração regional atingem uma previsão orçamental de 539,3 milhões de euros, mais 2,6% do que o correspondente valor de 2005, sendo constituídas na sua quase totalidade pelas despesas correntes (99,6%), representando as despesas de capital apenas 0,4%.



As despesas correntes estão orçadas em 537 milhões de euros, valor que traduz um acréscimo de 2,6%, relativamente ao valor do ano anterior.

No âmbito destas despesas, é importante salientar que apenas se registam acréscimos relativamente a 2005, nos agrupamentos económicos que suportam encargos com o pagamento de despesas com pessoal, observando-se decréscimos nas restantes rubricas, designadamente, nas aquisições de bens e serviços correntes (-5,7%), nos encargos correntes da dívida (-11,8%) e nas aquisições de bens de capital (-11,3%).

As despesas com pessoal registam uma previsão orçamental de 272,3 milhões de euros, mais 2,8% do que o valor do orçamento revisto de 2005. Estas despesas representam 50,7% do valor global das despesas correntes.

O valor orçamentado para as despesas com pessoal contempla uma previsão que consideramos ajustada, tanto ao crescimento esperado para os índices das carreiras da função pública, como à política de rigor e de contenção que tem vindo e continuará a ser prosseguida pelo Governo Regional.

O valor previsto no agrupamento económico das transferências correntes ascende a 229,3 milhões de euros, apresentando uma taxa de crescimento de 3,6%, relativamente ao valor revisto do corrente ano. Estas despesas representam cerca de 42,7% do total das despesas correntes.

Neste agrupamento económico estão orçadas as despesas com pessoal de diversos organismos dotados de autonomia administrativa e



financeira, nomeadamente, dos serviços integrados no Serviço Regional de Saúde (SRS), bem como as dotações destinadas a assegurar o pagamento dos complementos de pensão.

No âmbito deste agrupamento económico, importa salientar que se procedeu a um reforço de 4% nas verbas destinadas ao SRS, a um aumento de 3,5% nas verbas afectas ao pagamento dos complementos de pensão, impondo-se restrições ao crescimento das dotações destinadas a outros organismos e a outros sectores, cuja taxa de crescimento foi de 2%, no máximo.

As outras despesas correntes atingem uma previsão orçamental de 11,1 milhões de euros, mais 1,4% do que o correspondente valor do corrente ano.

No âmbito destas despesas, destaca-se o valor destinado ao financiamento corrente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o qual, com uma previsão orçamental de 9,7 milhões de euros, representa 87,2% do respectivo total.

Para os restantes agrupamentos económicos integrados nas despesas correntes, os quais não incluem dotações afectas a despesas com pessoal, registam-se decréscimos relativamente aos correspondentes valores do corrente ano, os quais totalizam 2 milhões de euros.

Para o agrupamento económico de aquisição de bens e serviços correntes, prevê-se uma dotação de 16,7 milhões de euros, menos um



milhão do que o orçamento revisto do corrente ano, o que se traduz num decréscimo de 5,7%. Trata-se de um sinal claro da política de contenção que o Governo Regional prossegue neste tipo de despesas.

Para os encargos correntes da dívida prevê-se uma dotação de 7,5 milhões de euros, menos 11,8% do que o valor orçamentado para o ano de 2005. Esta estimativa compreende a conjugação de vários factores, designadamente, o não aumento do endividamento líquido da Região, a perspectiva de que os mercados financeiros não registarão alterações muito sensíveis até meados do ano de 2006, e o pressuposto de que a operação de refinanciamento a efectuar, em resultado da melhoria recentemente registada no “rating” da Região nos mercados financeiros, irá permitir uma redução efectiva no “pricing” que resultará da nova operação de financiamento.

As despesas de capital estão orçamentadas em 2,4 milhões de euros, valor que traduz um decréscimo de 6,7%, relativamente aos montantes revistos do corrente ano.

No âmbito das despesas de capital, salienta-se o agrupamento económico da aquisição de bens de capital, o qual, com uma dotação de 1,5 milhões de euros, apresenta um decréscimo de 11,3%, relativamente ao valor do orçamento revisto do corrente ano. Também, neste tipo de despesas, o Governo Regional dá um sinal claro da política de contenção imposta à evolução da despesa pública de funcionamento da administração regional.



As despesas de investimento contempladas no capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, apresentam uma previsão orçamental de 325,7 milhões de euros, mais 1,8% do que o respectivo valor de 2005.

Esta taxa de crescimento das despesas de investimento, aparentemente pouco significativa, deverá, contudo, ser analisada tendo em conta que, em 2006, por um lado, não estão previstos encaixes financeiros extraordinários resultantes da alienação de participações detidas pelo Governo Regional no capital social de empresas do sector público empresarial da Região (menos 47 milhões de euros), e por outro lado, regista-se uma redução significativa das transferências do Orçamento do Estado, destinadas ao co-financiamento das despesas com a reconstrução dos estragos causados pelo sismo de 1998, pelo facto do processo de reconstrução estar já na sua fase terminal (menos 10,38 milhões de euros), bem como às destinadas ao pagamento das bonificações de juros do crédito à habitação (menos 3 milhões de euros).

Efectivamente, se excluirmos do montante do plano de investimento relativo a 2005, estas verbas extraordinárias e consignadas a fins específicos, concluimos que a taxa de crescimento do investimento público para o próximo ano, atinge a significativa taxa de 25,4%.

Esta é, na perspectiva do Governo Regional, a verdadeira taxa de crescimento das despesas de investimento, relativamente ao ano anterior, a qual demonstra, inequivocamente, o objectivo de atribuir, ano após ano,



meios financeiros adicionais para a promoção do investimento público e privado na Região.

Classificação Orgânica

A classificação orgânica apresenta a despesa pública desagregada pelos respectivos serviços e organismos, em razão da competência que lhes está atribuída para a execução da mesma.

O quadro seguinte apresenta a despesa pública global orçamentada para o ano de 2006, bem como o respectivo montante do corrente ano, desagregada pelos diversos departamentos regionais.

Despesa Total

	Milhares de Euros			
	2005	%	2006	%
Assembleia Legislativa Regional dos Açores	9.812,0	0,8%	10.008,3	0,9%
Presidência do Governo Regional	21.765,8	1,9%	24.039,7	2,1%
Vice-Presidência do Governo Regional	334.396,4	28,5%	275.257,3	24,6%
Sec. Reg. da Educação e Ciência	265.426,0	22,6%	271.039,3	24,2%
Sec. Reg. da Habitação e Equipamentos	98.406,0	8,4%	83.481,6	7,5%
Sec. Reg. da Economia	129.079,0	11,0%	125.036,8	11,2%
Sec. Reg. dos Assuntos Sociais	204.264,3	17,4%	213.380,8	19,1%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	84.177,8	7,2%	88.041,3	7,9%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	27.178,2	2,3%	29.252,8	2,6%
Total	1.174.505,6	100%	1.119.537,8	100%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o da operação de refinanciamento.

A análise a este quadro, o qual apresenta a estrutura da despesa pública desagregada pelos vários departamentos regionais, permite considerar que, na generalidade, não existem alterações muito



significativas entre os anos de 2005 e 2006, a não ser o caso da Vice-Presidência do Governo Regional, cujo peso relativo diminui 3,9 pontos percentuais, passando de 28,5% para 24,6%.

No que concerne aos departamentos regionais que registam um volume de despesa mais significativo em 2006, continuam a ser a Vice-Presidência do Governo Regional, com uma dotação de 275,3 milhões de euros, e a Secretaria Regional da Educação e Ciência, com 271 milhões de euros, embora representem em conjunto, uma percentagem inferior à que detinham no ano anterior.

A Vice-Presidência do Governo Regional é o departamento regional que regista, entre 2005 e 2006, a variação mais significativa, diminuindo 59,1 milhões de euros. Os capítulos responsáveis por esta evolução foram, essencialmente, as contas de ordem, com menos 19,6 milhões de euros, e as despesas do plano, com menos 39,1 milhões de euros, sobretudo, devido à variação ocorrida nas dotações afectas à Reestruturação do Sector Público Empresarial Regional, uma vez que não estão previstas, para 2006, alienações de participações sociais significativas por parte do Governo Regional.

O quadro seguinte apresenta a mesma estrutura orgânica da despesa global, nos anos de 2005 e 2006, não se considerando o montante das contas de ordem.



Despesa Total

	Milhares de Euros			
	2005	%	2006	%
Assembleia Legislativa Regional dos Açores	9.812,0	1,2%	10.008,3	1,2%
Presidência do Governo Regional	21.615,8	2,6%	23.639,7	2,7%
Vice-Presidência do Governo Regional	100.642,3	11,9%	61.052,5	7,1%
Sec. Reg. da Educação e Ciência	252.629,9	29,9%	263.699,9	30,5%
Sec. Reg. da Habitação e Equipamentos	92.035,9	10,9%	77.438,7	9,0%
Sec. Reg. da Economia	56.557,8	6,7%	101.383,5	11,7%
Sec. Reg. dos Assuntos Sociais	204.200,5	24,1%	213.372,1	24,7%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	81.595,2	9,6%	85.519,0	9,9%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	26.814,2	3,2%	28.886,8	3,3%
Total	845.903,6	100%	865.000,4	100%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o da operação de refinanciamento.

A análise a este quadro permite concluir que a despesa pública, sem as contas de ordem, observa algumas alterações nos respectivos pesos relativos, entre os anos de 2005 e de 2006.

Efectivamente, enquanto a Vice-Presidência do Governo Regional regista um decréscimo de 4,8 pontos percentuais, motivado por uma diminuição significativo nas despesas do plano, a Secretaria Regional da Economia contempla um acréscimo de 5 pontos percentuais, decorrente de um aumento das despesas do plano.

No que concerne ao volume de despesa orçamentado para 2006, a Secretaria Regional da Educação e Ciência, com 263,7 milhões de euros, é o departamento regional que apresenta o valor mais significativo, seguido da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com 213,4 milhões de euros, de resto, à semelhança do que já havia acontecido em 2005.



Estes dois departamentos regionais, em conjunto, representam 55,2% do total da despesa prevista para 2006, mais 1,2 pontos percentuais do que representam em 2005, sinal evidente da política do Governo Regional, de defesa e de valorização destes dois importantes sectores sociais.

A Secretaria Regional da Economia, com uma dotação de 101,4 milhões de euros, apresenta um significativo aumento de 44,8 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de crescimento de 79,3%, de 2005 para 2006.

O quadro seguinte apresenta as despesas previstas para 2006, no capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, bem como os correspondentes valores orçamentados para o ano de 2005.

Plano de Investimentos

	2005		2006	
	Milhares de Euros	%	Milhares de Euros	%
Presidência do Governo Regional	10.522,0	3,3%	12.781,5	3,9%
Vice-Presidência do Governo Regional	50.658,9	15,8%	11.548,0	3,5%
Sec. Reg. da Educação e Ciência	48.179,0	15,1%	53.020,5	16,3%
Sec. Reg. da Habitação e Equipamentos	68.652,1	21,5%	53.883,9	16,5%
Sec. Reg. da Economia	47.125,6	14,7%	91.830,7	28,2%
Sec. Reg. dos Assuntos Sociais	21.227,9	6,6%	23.228,7	7,1%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	52.607,2	16,4%	56.221,4	17,3%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	21.056,8	6,6%	23.165,8	7,1%
Total	320.029,5	100%	325.680,4	100%

O departamento regional que contempla um volume de despesas do plano mais significativo é a Secretaria Regional da Economia, com uma dotação prevista para 2006 de 91,8 milhões de euros, detendo um peso relativo de 28,2% do total das despesas do plano.



Seguidamente, apresentam valores ainda muito significativos, as secretarias regionais da Agricultura e Florestas, da Habitação e Equipamentos e da Educação e Ciência, com 56,2, 53,9 e 53 milhões de euros, respectivamente.

Classificação Funcional

Nos termos desta classificação, a despesa é distribuída pelas diversas funções que ao Estado cabe desempenhar.

O quadro seguinte apresenta a despesa global prevista para 2006, estruturada de acordo com a classificação funcional, estabelecendo-se a comparação com os respectivos valores orçamentados no corrente ano de 2005.



Estrutura da Despesa Global

	Milhares de Euros			
	2005	%	2006	%
1. Funções Gerais de Soberania	77.563,0	9,2%	80.345,0	9,3%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	77.563,0	9,2%	80.345,0	9,3%
2. Funções Sociais	532.066,7	62,9%	536.562,7	62,0%
2.01 Educação	220.848,7	26,1%	227.816,6	26,3%
2.02 Saúde	193.710,8	22,9%	200.446,3	23,2%
2.03 Segurança e Acção Social	10.489,8	1,2%	12.925,7	1,5%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	77.247,0	9,1%	62.725,3	7,3%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	29.770,4	3,5%	32.648,7	3,8%
3. Funções Económicas	218.521,7	25,8%	230.365,3	26,6%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	89.757,5	10,6%	94.080,0	10,9%
3.02 Indústria e Energia	4.505,4	0,5%	6.152,1	0,7%
3.03 Transportes e Comunicações	62.650,7	7,4%	69.890,3	8,1%
3.04 Comércio e Turismo	23.608,1	2,8%	59.742,8	6,9%
3.05 Outras Funções Económicas	38.000,0	4,5%	500,0	0,1%
4. Outras Funções	17.752,3	2,1%	17.727,4	2,0%
4.01 Operações da Dívida Pública	8.500,0	1,0%	7.500,0	0,9%
4.03 Diversas não Especificadas	9.252,3	1,1%	10.227,4	1,2%
Total	845.903,6	100%	865.000,4	100%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o da operação de refinanciamento.
Não inclui o valor das contas de ordem

A análise ao quadro permite concluir pela existência, em 2006, de uma distribuição da despesa pelas diversas funções, com ligeiras alterações, relativamente à respectiva estrutura de 2005.

Efectivamente, ao nível das funções económicas, regista-se, de 2005 para 2006, um reforço de 11,9 milhões de euros, passando o seu valor de 218,5 para 230,4 milhões de euros, traduzindo-se num ligeiro aumento do seu peso relativo em 0,8 pontos percentuais.



Esta evolução nas funções económicas resulta de reforços em, praticamente, todas as sub-funções, em especial no “comércio e Turismo”, cujo peso relativo subiu 4,1 pontos percentuais, à excepção de “outras funções económicas”, na qual se regista uma diminuição de 4,4 pontos percentuais.

As funções sociais, com uma dotação global prevista para 2006 de 536,6 milhões de euros, continuam a ser as que maior peso relativo têm no total da despesa.



C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA), especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos, despesas globais dos FSA, especificadas também segundo uma classificação orgânica, despesas globais dos FSA segundo uma classificação funcional e, ainda, as despesas globais dos FSA, especificadas segundo uma classificação económica.

Classificação Económica

O orçamento consolidado dos Fundos e Serviços Autónomos, segundo a sua classificação económica, encontra-se patente no quadro a seguir apresentado.



DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
Impostos directos	0	Despesas pessoal	140.459.259
Impostos indirectos	775.500	Aq. de bens e serviços correntes	115.866.107
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	0	Encargos correntes da dívida	584.821
Txs,multas e outras penalidades	7.430.517	Transferências	12.083.305
Rend. de propriedades	8.969	Subsídios	29.696.563
Transferências	247.770.802	Outras despesas correntes	1.563.450
ORAA	227.538.863		
OE	10.655.506		
Outras	9.576.433		
Venda de bens e serviços correntes	42.928.647		
Outras receitas correntes	2.373.786		
Receitas Correntes	301.288.220	Despesas Correntes	300.253.505
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
Venda de bens de investimento	50.000	Aquisição de bens de capital	18.439.815
Transferências	56.297.504	Transferências de Capital	40.609.343
ORAA	33.381.063	Activos financeiros	152.884
OE	7.539.299	Passivos financeiros	0
Outras	15.377.142	Outras despesas de capital	0
Activos financeiros	1.195.000		
Passivos financeiros	0		
Outras receitas de capital	0		
Recursos próprios comunitários	0		
Receitas de Capital	57.542.504	Despesas de Capital	59.202.042
SUB-TOTAL	358.830.724	SUB-TOTAL	359.455.547
Reposições	22.823	Operações extra-orçamentais	8.091.823
Saldo da gerência anterior			
Na posse do serviço	101.000		
Na posse do Tesouro	501.000		
Operações extra-orçamentais	8.091.823		
TOTAL	367.547.370	TOTAL	367.547.370

O valor orçamentado para a receita e a despesa dos fundos e serviços autónomos, é de 367,5 milhões de euros.

Do total da receita orçamentada, 301,3 milhões de euros (82,0%) dizem respeito a receitas correntes, dos quais 247,8 milhões de euros (82,2%) dizem respeito a transferências correntes. Ressalva-se ainda o



facto de, nesta rubrica, 227,5 milhões de euros serem provenientes do orçamento da Região.

Os restantes 57,5 milhões de euros, que se estimam arrecadar, serão contabilizados como receitas de capital, sendo que 56,3 milhões de euros corresponderão às transferências de capital. Tal como nas transferências correntes, a parcela que mais se destaca é a originária do orçamento da Região (33,4 milhões de euros).

O valor orçamentado para a despesa, reparte-se por 300,3 milhões de euros para as despesas correntes, ou seja, 81,7% do total, e por 59,2 milhões de euros para as despesas de capital. Os restantes 8,1 milhões de euros ficam afectos às operações extra-orçamentais.

À semelhança dos anos anteriores são as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços correntes, as rubricas que mais se destacam, uma vez que, representam 85,4% do total, estimando-se que atinjam os 140,5 milhões de euros e os 115,9 milhões de euros, respectivamente.

Dos 59,2 milhões de euros orçamentados para as despesas de capital, 40,6 milhões de euros (68,6%) dizem respeito a transferências de capital, e 18,4 milhões de euros (31,2%) a aquisição de bens de capital.



Classificação Orgânica

A repartição orgânica do orçamento afecto aos serviços e fundos autónomos é a que abaixo se apresenta:

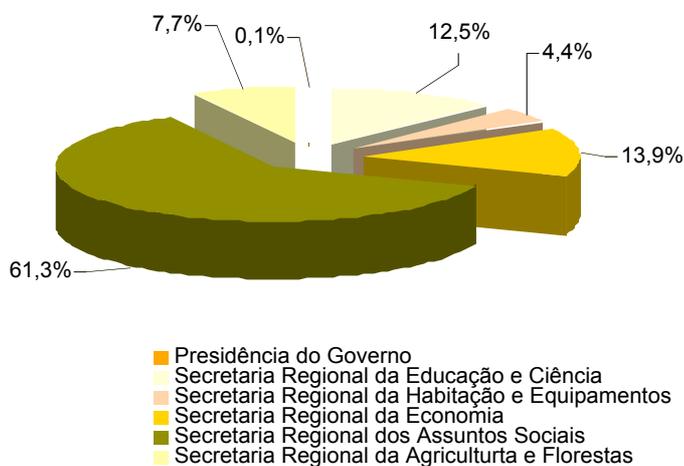
	Montantes em €	%
Presidência do Governo	500.000	0,14%
Secretaria Regional da Educação e Ciência	45.967.737	12,51%
Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	16.116.253	4,38%
Secretaria Regional da Economia	51.137.005	13,91%
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	225.358.217	61,31%
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	28.468.158	7,75%
TOTAL	367.547.370	100,00%

A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais assume 61,3% das despesas orçamentadas para os FSA, tendo afecto um valor esperado de 225,4 milhões de euros. Dos FSA dependentes desta Secretaria, destacam-se, pelo peso que assumem no orçamento, os seguintes:

- Hospital de Ponta Delgada – 27,4%
- Hospital de Angra do Heroísmo – 17,4%
- Hospital da Horta – 9,1%
- Centro de Saúde de Ponta Delgada – 10,8%

O segundo departamento com maior peso no orçamento total dos FSA, é a Secretaria Regional da Economia que com apenas um fundo autónomo, tem afecto 13,9% do valor total orçamentado.

Graficamente, a proporção que cada Secretaria Regional assume no total do orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos, é a apresentada de seguida.



Classificação Funcional

No contexto da classificação funcional, as despesas globais dos FSA são as especificadas no quadro seguinte.

	Montantes em €	%
Funções Gerais Soberania	12.105.346	3,3%
Funções Sociais	245.647.954	66,8%
Funções Económicas	91.681.570	24,9%
Outras Funções	18.112.500	4,9%
TOTAL	367.547.370	100,00%

À semelhança dos anos anteriores a afectação da despesa segundo esta classificação, denota uma vez mais a importância das funções sociais, que representam 66,8% do total da despesa, seguindo-se as funções económicas (24,9%), das outras funções (4,9%) e por último, das funções gerais de soberania (3,3%).



A proporção que cada função de carácter social assume do total destas (245,6 milhões de euros), é de:

- Educação – 7,8%;
- Saúde – 88,9% (59,4% do total das despesas globais);
- Segurança e Acções Sociais – 2,9% ; e
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 0,4%.

Os 91,7 milhões de euros afectos às funções económicas desagregam-se do seguinte modo:

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 31,0%;
- Indústria e Energia – 55,8%; e
- Transportes e Comunicações – 13,2%.



D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

O Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo, para 2006 é de 1.285,1 milhões de euros, conforme quadro a seguir apresentado.

ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

(Milhões de euros)

DESIGNAÇÃO	CONSOLIDADO
Receitas Correntes	759,8
Receitas Fiscais	600,8
Outras receitas correntes	159,0
Receitas de Capital	259,4
Outras Receitas	3,3
Operações extra-orçamentais	262,6
TOTAL DA RECEITA	1.285,1
Despesas Correntes	711,6
Despesas com Pessoal	416,1
Outras	295,5
Despesas de Capital	310,9
Operações extra-orçamentais	262,6
TOTAL DA DESPESA	1.285,1

No que concerne à receita, estima-se que as receitas correntes atinjam os 759,8 milhões de euros (59,1% do total da receita), ressaltando-se, nestas, a proporção das receitas fiscais que, com 600,8 milhões de euros, correspondem a 79,1% do total da receita corrente. Os restantes 159,0 milhões de euros dizem respeito a outras receitas correntes.

Relativamente às receitas de capital, prevê-se que estas possibilitem uma arrecadação de 259,4 milhões de euros.



No contexto das despesas, destacam-se as despesas correntes, com 711,6 milhões de euros (55,4% do total) estimando-se que 416,1 milhões de euros orçamentados para este agregado, sejam dispendidos com pessoal.

As despesas de capital estão estimadas em 310,9 milhões de euros.



V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL

A) Dívida Pública Directa

Pelo artigo 68.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro (Aprovou o Orçamento de Estado para 2004), a Região Autónoma dos Açores ficou, mais uma vez, em 2004, impossibilitada de contrair empréstimos, incluindo todas as formas de dívida que originassem um aumento do seu endividamento líquido, pelo que, o stock da dívida a 31 de Dezembro de 2004 era igual ao registado a 31 de Dezembro do ano precedente, isto é 275 milhões de euros.

À semelhança dos últimos, para 2006, o Governo Regional não irá recorrer a novos financiamentos que originem um aumento do seu endividamento líquido.

Serviço da Dívida

Em 2004, a despesa orçamental, com os encargos da dívida pública atingiu os 7,4 milhões de euros. Este valor foi quase na íntegra afecto ao pagamento de juros, tendo-se contabilizado apenas 518,1 euros em outros encargos correntes da dívida, dos quais 500,0 euros referentes ao pagamento da comissão de manutenção dos valores de cotações e 18,1 euros de publicação de anúncio no boletim de cotações, não se tendo efectivado nenhuma amortização.



No corrente ano, foi já paga a importância de 4,9 milhões de euros em juros, referentes a empréstimos cujas prestações já se venceram.

Os encargos totais da dívida pública evoluíram, nos últimos cinco anos, da forma que abaixo se apresenta.

Encargos da Dívida Pública

(Milhares de Euros)

Anos	Juros	Amortizações	Outros Encargos	Total
2000	10.299	0	39	10.338
2001	9.376	60.548	91	70.015
2002	9.057	26.659	16	35.732
2003	7.592	0	0	7.592
2004	7.371	0	0,5	7.372

A análise do quadro evidencia uma tendência decrescente dos encargos totais da dívida (sem amortizações), justificada pelo decréscimo das taxas de juro e endividamento nulo.

Stock da Dívida Pública

À semelhança do ano transacto, e em virtude da Região não ter contraído nenhum empréstimo, nem efectuado nenhuma amortização, a dívida pública mantém-se inalterada desde 2003.

A desagregação da dívida, segundo a natureza da moeda em que está expressa, encontra-se patente no quadro seguinte.



DÍVIDA DIRECTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, EM 31/12/2004 (em Euros)

	EMPRÉSTIMOS							MONTANTE DÍVIDA €	INDEXANTE
	Tipo Moeda	DATA		MONTANTE	AMORTIZAÇÃO	SALDO ACTUAL	TAXA CÂMBIO		
		Inicial	Final						
1) Dívida denominada em Euros									
Dexia - Project & Public Finance	EURO	3 Out, 2002	1 Dez, 2007	56.587.474,00	0,00	56.587.474,00		3,89% se Euribor <= 6% a)	
AZORES - FRN - 2008	EURO	22 Ago, 2001	22 Ago, 2008	91.250.000,00	0,00	91.250.000,00		EURIBOR - 1,5bp a)	
TOTAL 1				147.837.474,00	0,00	147.837.474,00	147.837.474,00		
2) Dívida denominada em moedas não Euro									
AZORES - FRN - 2006*	USD	19 Ago, 1996	19 Ago, 2006	65.000.000,00	0,00	65.000.000,00	153,8462	LISBOR + 7,75bp a)	
US\$85.000.000 FRN*Fungible**	USD	27 Nov, 1997	18 Ago, 2009	85.000.000,00	0,00	85.000.000,00	182,3530	LISBOR + 4bp a)	
TOTAL 2							127.193.463,75		
DÍVIDA TOTAL (1+2)							275.030.937,75		

a) Euribor a 12 meses

Obs. Todos os FRN tem contratos Swaps

No próximo ano a Região Autónoma dos Açores irá proceder à amortização do empréstimo obrigacionista internacional – Azores – FRN – 2006 no montante de US\$65.000.000. Esta operação será objecto de um refinanciamento em igual montante, que será lançado ao nível dos mercados financeiros nacional e internacional.

A Região poderá efectuar, em 2006, uma amortização do empréstimo obrigacionista internacional – US\$85.000.000 FRN – Fungible – que também se vence no respectivo ano. Este empréstimo foi objecto de um contrato “Swap” realizado entre a Região e o Crédit Suisse First Boston, o que permite à Região prolongar a vida do mesmo até ao ano de 2009.



B) Avals

O Decreto Legislativo Regional n.º 8/2005/A, de 20 de Maio, estabeleceu, para o ano de 2005, o limite máximo de avals a conceder pela Região Autónoma dos Açores, em 175 milhões de euros.

Atendendo aos avals já concedidos, estima-se que a 31 de Dezembro do corrente ano, a situação em termos de responsabilidade de avals por entidades, seja a que se apresenta no quadro seguinte.

Mutuário	Responsabilidade	%
E.D.A.	119.394.837,45	29,90%
SATA	6.733.771,62	1,69%
LOTAÇOR	1.995.191,60	0,50%
SPRHI, S.A	82.634.090,00	20,70%
SAUDAÇOR	160.000.000,00	40,07%
APTG, s. ^a	11.000.000,00	2,76%
APSM, S.A.	2.500.000,00	0,63%
APTO, S.A.	5.000.000,00	1,25%
SO GEO	10.000.000,00	2,50%
TOTAL	399.257.890,67	100,00%

Para o ano de 2006, o plafond de avals proposto é de 110 milhões de euros, montante este inferior em 65 milhões de euros ao do corrente ano.



VI - Sector Público Empresarial Regional

Participações Financeiras em Empresas e Instituições

A 31 de Dezembro do corrente ano, estima-se que as participações directas da Região Autónoma dos Açores em empresas e instituições, sejam as que de seguida se explicitam.

(Euros)

DENOMINAÇÃO SOCIAL	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO	%
Empresa Transportes Colectivos de Sta.Maria, Lda.	99.765,00	98.765,00	99,00%
SITURFLOR-Soc.Inv.Tur.Flores a)	5.162,56	1.995,19	38,65%
TRANSMAÇOR	425.000,00	85.000,00	20,00%
Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.	1.471.135,00	147.113,50	10,00%
Pousada da Juventude dos Açores	75.000,00	38.250,00	51,00%
EDA - Electricidade dos Açores, S.A	70.000.000,00	35.070.000,00	50,10%
Teatro Micaelense- Centro Cultural e de Congressos, S.A.b)	10.324.393,50	10.301.137,00	99,77%
Sata - Serviço Açoreano Transportes Aéreos, S.A	16.809.500,00	16.809.500,00	100,00%
Lotaçor - Serviço Açorano de Lotas, S.A.	4.344.350,12	4.344.350,12	100,00%
SPRHI,S.A	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00%
Saúdaçor	50.000,00	50.000,00	100,00%
PA, SGPS	150.000,00	150.000,00	100,00%
INOVA - Instituto Inovação Tecnológica dos Açores	710.096,36	465.762,14	65,59%
ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores	100.000,00	22.000,00	22,00%
ARENA - Associação Regional Energia RAA	1.127.535,00	1.127.535,00	100,00%
Associação Açoreana de Formação Turística Hoteleira	50.000,00	25.000,00	50,00%

a) Foi dissolvida em 08/12/1998 e encontra-se em liquidação judicial desde 22/03/2004

b) A participação da RAA é dividido em: RAA - 22,29% e FRAE - 77,49%

De seguida são apresentadas de forma mais pormenorizada as participações da RAA no sector público empresarial, explicitando-se a percentagem do capital social detido, directa e indirectamente, pela Região, sem considerar as participações indirectas de segundo grau.



Região Autónoma dos Açores
Vice - Presidência do Governo Regional
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÕES NO SPE							
	RAA	SATA	EDA	LOTAÇOR	VGOLF	PA	FTM	INOVA
SATA AIR AÇORES - SERV. AÇOR. TRANSPORTES AÉREOS, S.A	100,00							
LOTAÇOR - SERVIÇO AÇOREANO DE LOTAS, S.A.	100,00							
SATA INTERNACIONAL- SERVIÇO DE TRANSPORTES AÉREOS S.A.		100,00						
SATA EXP. INC. CAN		100,00						
SATA EXP. INC. USA		100,00						
PA- PORTOS DOS AÇORES -SGPS, S.A.	100,00							
APSM-AD. PORTOS DAS ILHAS DE S.MIGUEL E S. MARIA, S.A.						100,00		
APTG-AD. PORTOS DA TERCEIRA E GRACIOSA, S.A.						100,00		
APTO-AD. PORTOS DO TRIÂNGULO E DO GRUPO OCIDENTAL, S.A.						100,00		
SPRH,S.A.- SOC. PROM. REAB.HAB. E INFRA-ESTRUTURAS,S.A.	100,00							
SAUDAÇOR- SOC. GEST. REC.EQUIP.SAÚDE AÇORES, S.A.	100,00							
ARENA-AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA DA RAA, ASS.(A)	100,00							
ETCSM- EMPRE. TRANSPORTES COLECTIVOS DE S.MARIA LDA	99,00							
VERDEGOLF - CAMPOS DE GOLF DOS AÇORES, S.A.		0,75						
EDA - ELECTRICIDADE DOS AÇORES,S.A.	50,10							
GLOBALEDA- TELECOMUNICAÇÕES SIST. INFORMAÇÕES,S.A.			100,00					
EEG- EMPRESA DE ELECTRICIDADE E GÁS, LDA			99,00					
SOGEO- SOCIEDADE DE GEOTERMIA DOS AÇORES, S.A.			97,01					
SEGMA- SERVIÇO DE ENG. GESTÃO E MANUTENÇÃO,LDA			90,00					
AAFTH - ASS. AÇ.FORM.TURÍSTICA E HOTELEIRA, ASS. (A)	50,00	25,00						
ENTA - ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS DOS AÇORES (A)	22,00		2,00				2,00	70,00
INOVA- ISNT. INOVAÇÃO TECNOLOGIA DOS AÇORES (A)	65,59		0,77					
GOLFE AÇORES,LDA		33,33			33,33			
TEATRO MICAELENSE- CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS,S.A.	99,77							
PGA- POUSADAS DA JUVENTUDE AÇORES, S.A.	51,00							
GEOTERCEIRA- SOC. GEOTÉMICA DA TERCEIRA,S.A.			50,04					
NORMA AÇORES-SOCIEDADE DE ESTUDOS E APOIO AO DES. REG.,S.A.			45,00					
SITURFLOR- SOC. DE INVESTIMENTOS TURÍSTICOS DAS FLORES, S.A.	38,65							
ONIAÇORES- INFOCOMUNICAÇÕES S.A.			40,00					
FEJC- FUNDAÇÃO ENGº JOSÉ CORDEIRO (B)			33,68					
CONTROLAUTO - CONTROLO TÉCNICO DE AUTOMÓVEIS,LDA			30,00					
TRANSMaçOR- TRANSPORTES MARÍTIMOS DOS AÇORES, LDA	20,00							
COFACO AÇORES- INDUSTRIA DE CONSEVAS, S.A.				20,00				
FTM- FÁBRICA DE TABACO MICAELENSE,S.A.	10,00							
FM-G. ESP. COMERCIAIS							60,00	
CABO TV AÇOREANA, S.A.			6,18					
BANIF AÇOR PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.		2,70	2,70				2,70	
FTFA- FÁBRICA DE TABACO FLOR D'ANGRA,LDA							50,00	
FTM FÁBRICA DE TABACO DA MAIA (JPM&FILHOS,LDA)							50,00	
FTA- FÁBRICA DE TABACO ÂNCOIRA, LDA							39,90	
DTS- SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGIAS E SERVIÇOS, LDA			2,50					
SDA- SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, S.A.							21,30	
IATH- IND. AÇOREANA TURISMO HOTELEIRA,S.A.			0,12					
CCAM- CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA DOS AÇORES, CRL.			0,0014					

No quadro seguinte evidenciam-se algumas rubricas do balanço e da demonstração de resultados, das empresas detidas directamente pela Região, referentes ao ano de 2004.



DENOMINAÇÃO SOCIAL	Activo Líquido	Capital Social	Capital Próprio	Passivo Total	Resultado líquido	N.º de Trabalhadores
Empresa Transportes Colectivos de Sta.Maria, Lda.	104.744,44	99.765,00	-34.573,71	139.318,05	-36.243,01	5
TRANSMAÇOR	4.388.523,17	425.000,00	831.384,59	3.557.138,58	23.402,77	34
Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.	12.145.860,05	1.471.135,00	3.933.392,86	8.212.467,20	316.205,60	86
VERDEGOLF - SA	7.397.029,32	3.848.658,00	3.563.016,91	3.834.012,41	-482.210,13	54
Pousada da Juventude dos Açores	350.862,35	75.000,00	244.308,30	106.554,05	-14.055,07	16
EDA - Electricidade dos Açores, S.A	461.834.936,00	70.000.000,00	67.169.257,00	394.665.679,00	7.936.017,00	765
Teatro Micaelense- Centro Cultural e de Congressos, S.A.b)	13.191.102,47	10.324.393,50	12.010.047,76	1.181.054,71	-1.863.056,10	14
Sata - Serviço Açoreano Transportes Aéreos, S.A	72.205.752,00	16.809.500,00	17.424.557,00	54.781.195,00	3.987.239,00	623
Lotaçor - Serviço Açorano de Lotas, E.P	25.072.546,66	4.344.350,12	-3.348.181,03	28.420.727,69	-1.196.828,30	124
SPRHI,S.A	72.256.930,70	1.000.000,00	1.182.321,63	71.074.609,07	10.963,27	11
Saúdaçor	87.090.412,11	50.000,00	3.914.080,91	83.176.331,20	-249.131,05	20
PA, SGPS	37.193.880,59	150.000,00	37.085.932,70	107.947,89	-1.512.061,20	5
INOVA - Instituto Inovação Tecnológica dos Açores	3.151.814,00	710.096,00	1.045.408,00	2.106.406,00	107.366,00	34
ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores	232.747,49	100.000,00	69.927,77	162.819,72	10.474,24	4
ARENA - Associação Regional Energia RAA	1.133.076,33	1.127.535,00	881.247,62	251.828,71	-93.425,40	8
Associação Açoreana de Formação Turística Hoteleira	554.158,68	50.000,00	35.479,71	518.678,97	327.846,38	32

Apesar de não comparáveis entre si, destacam-se pela sua dimensão em número de trabalhadores a EDA, S.A.(765), a SATA, S.A.(623) e a LOTAÇOR, E.P.(124).

No que concerne ao capital social, evidenciam-se uma vez mais a EDA, S.A., e a SATA, S.A seguindo-se o Teatro Micaelense, S.A., com respectivamente 70,0 milhões de euros, 16,8 milhões de euros e 10,3 milhões de euros.

As empresas que apresentaram no final do ano de 2004, melhores resultados líquidos, foram a EDA, S.A., com 7,9 milhões de euros e a SATA, S.A, com 3,9 milhões de euros.